

Acção Socialista

Nº 1204 - 24 Setembro 2003

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



"LAY-OFF" AMEAÇA FUNÇÃO PÚBLICA

Ao contrário do PS que tem uma atitude construtiva para reformar a Administração Pública, tendo para isso apresentado no Parlamento cinco diplomas, o Governo de direita prossegue a sua fúria privatizadora e de desmantelamento do Estado, piorando ainda mais a instabilidade e a desmotivação dos funcionários. O PS defende uma Função Pública melhor e com mais cidadania e rejeita liminarmente a intenção do Governo de implementar o "lay-off" e de acabar com os concursos públicos para "alaranjar" mais facilmente a administração. Perante tanta afronta, o Governo bem podia adoptar o lema "menos direitos, pior eficácia, mais confusão".

6



FOGOS FLORESTAIS

Ferro pede discriminação positiva para os municípios afectados

4

RENTRÉE PARLAMENTAR

António Costa acusa Governo de afundar Portugal na recessão e no desemprego

3

REVISÃO CONSTITUCIONAL

PS apresentou propostas de reforço das autonomias

5

ENTREVISTA

Mark Kirkby:
A esquerda deve aproveitar os blogues como instrumentos de comunicação

12

Comemoramos 30 Anos da Partida Socialista
Comemoramos 30 Anos da Revolução
Descobrimos o facto que ajudou a construir
a Democracia em Portugal

30 PS
ANOS

Encomende já.

OS OBSTÁCULOS À RENOVAÇÃO DO PS

O Congresso de 2002 colocou o PS sob o signo da actualização programática e da renovação e modernização organizativa. A Declaração de Princípios foi revista e o Gabinete de Estudos recebeu um mandato claro para a preparação de uma proposta de novo programa de legislatura, a ser discutida em próximo congresso e apresentada aos Portugueses, na futura eleição legislativa. Os Estatutos foram substancialmente alterados, de modo a alargar as condições da participação dos militantes e as estruturas de organização, de modo a reforçar a direcção política e de modo a impedir a cristalização de nomenclaturas dirigentes.

Penso que pode dizer-se que ficaram assim abertas oportunidades de renovação – nas ideias, nos métodos de trabalho interno e no diálogo com a sociedade civil. Mas uma coisa é abrir oportunidades e outra agarrá-las e concretizá-las. Em parte, isso aconteceu ao longo de 2003, com as sucessivas eleições para as federações distritais, as comissões concelhias e o Departamento Nacional das Mulheres.

Os resultados das escolhas daqueles que têm legitimidade para fazê-las (os militantes) foram diversos, aqui optando pela continuidade, ali forçando mudanças. Ambos os resultados são importantes, de igual significado. O problema não é esse.

Então, não há problemas? Há e graves – devendo todos enfrentá-los, para conseguir resolvê-los. E a maior parte tem a ver com a persistência de velhos hábitos. Enraizados, é certo; mas não inultrapassáveis.

Já falei aqui, neste mesmo registo polémico, de um deles, que é a fraqueza do debate ideológico e político interno. O debate não é problema, antes vantagem, o problema é a substituição do debate pela querela, pela quezília e (o mais insuportável de tudo) pelas declarações sob anonimato para os jornais.

Hoje, quero falar de outro problema, que é o esgotamento da energia militante no jogo de bastidores. O que é que isto quer dizer? Quer dizer fechamento do partido sobre si próprio, autismo face ao que se passa no seu exterior, desligamento progressivo dos grupos e das pessoas com que é preciso comunicar. Quer dizer domínio da organização pelos cabos eleitorais internos, aqueles que agenciam apoios e desapoios e tratam os militantes de que são dirigentes intermédios como um rebanho, em vez de respeitar a sua voz e autonomia como cidadãos livres. Quer dizer vazio de ideias e tacticismo, que os alinhamentos fazem-se e desfazem-se ao sabor das estratégias pessoais e dos pequenos jogos de poder, não em função de ideias e projectos. E quer dizer, sobretudo, má imagem pública, descredibilização do partido e dos seus dirigentes, arrastados todos, também por acção de uma imprensa que hipervaloriza os baronetes de aparelho, no descrédito.

Falo de padrões de comportamento, não é minha intenção fulanizar. (Seria, aliás,

conceder aos baronetes uma honra que não merecem). A imprensa segue com particular avidez os jogos de pequenos poderes que constantemente ocorrem na minha própria federação distrital, a do Porto, mas eles existem e persistem insuportavelmente em várias outras. A, B e C já apoiaram D contra E, depois E contra D, depois A e B juntaram-se a D e E contra C, depois A traiu B deixando-o sozinho na luta contra C, depois C aliou-se a B e virou D contra A, e o filme passa mil vezes, explorando todas as combinações possíveis mas sempre com os mesmos protagonistas e recorrendo sempre aos mesmos métodos: controlo férreo sobre grupos de militantes dependentes, intriga e, se for preciso, batota para-eleitoral e perseguição pessoal. Nem o ritual varia, é sempre igualmente ridículo: o almoço ou jantar transformado em conspiração, o telefonema como fonte anónima para os jornais, até os debates públicos organizados nas sedes, contudo tão indispensáveis, esta gente consegue reduzir à arremimentação de tropas e à exibição de capacidade de trazer este ou aquele suposto “peso-pesado” e à contabilização de alegados apoios.

Esta gente e estes métodos não são menor obstáculo à renovação do PS e à sua comunicação com as pessoas a que queremos chegar, do que a incipiência do debate interno. Para mim, são até um obstáculo maior. Até porque são a principal força que paralisa o debate interno ou o torna invisível aos olhos da opinião pública.

Os especialistas dos jogos de bastidores têm um poder desmedido na estrutura do PS e beneficiam de demasiada tolerância da parte dos seus militantes e dirigentes. É a minha opinião, parcial não haja dúvida. Mas confesso aqui que, sempre que procuro, como é minha obrigação, falar com as pessoas de fora do partido, com os círculos que nos são mais próximos e com os cidadãos que temos de conquistar para as nossas causas (e que temos de ouvir constantemente, sob pena de perder utilidade e sentido a nossa própria actividade), sempre que lhes falo do PS, é a imagem pública dos nossos maquiavéus de pacotilha que mais perturba a comunicação, é essa imagem que aqueles que nos criticam mais citam como prova e exemplo do que está mal entre nós.

Bem sei que muitos camaradas meus, que estimo e admiro, acham que os nossos baronetes representam uma espécie de sal e pimenta do partido: têm piada, são divertidos, alguns até demonstrarão uma inteligência táctica fina. Mas eu não lhes acho nenhuma graça, nem encontro nenhuma justificação para os seus métodos. Coloco-os no lado dos obstáculos à renovação do PS e à afirmação do PS, em todo o território e face a todos os grupos sociais, mas com especial acuidade quando nos dirigimos às fracções mais jovens e qualificadas do nosso eleitorado.

Sugiro, pois, maior firmeza e determinação no combate aos regedores de secção e concelhia.



AUGUSTO SANTOS SILVA

Augusto Santos Silva

Bem sei que muitos camaradas meus, que estimo e admiro, acham que os nossos baronetes representam uma espécie de sal e pimenta do partido: têm piada, são divertidos, alguns até demonstrarão uma inteligência táctica fina. Mas eu não lhes acho nenhuma graça, nem encontro nenhuma justificação para os seus métodos.

Espero que tenha reparado II

ANTOONIO COLAÇO

“O sr. Portas já é estranho na pátria, e então longe surge completamente bizarro. Vi-o ontem num comício, a fazer de conta que tem a voz solta, quando todos sabemos que a tem há muito tempo presa.”

Revista Pólis, outubro de 2002



ANTÓNIO COSTA NA AR

PORTUGAL AFUNDA-SE NA RECESSÃO E NO DESEMPREGO

O líder do Grupo Parlamentar do PS, António Costa, fez uma intervenção demolidora sobre a política económica e financeira do Governo, a quem acusou de ter "falta de visão estratégica", salientando que "trimestre após trimestre, Portugal afunda-se na recessão e no desemprego".



O País, referiu, está a assistir a uma diminuição do produto interno bruto, pelo quarto trimestre consecutivo, a perder terreno face aos seus parceiros europeus, e a afundar-se no desemprego. "Em quatro trimestres, a taxa de desemprego subiu 40 por cento. Da mais baixa taxa de desemprego da União, Portugal caiu para a oitava posição. Portugal é mesmo o país europeu com maior crescimento do desemprego", explicou. Para António Costa, o balanço é claro: "Portugal afundou-se na recessão e no desemprego. Trimestre a trimestre, a recessão agrava-se e o desemprego cresce".

É por isso claro, como frisou o líder parlamentar do PS na sua declaração política no início dos trabalhos parlamentares da nova sessão legislativa, que, em ano e meio de funções, o Governo "falhou na estratégia e fracassou no objectivo". Em termos de estratégia, António Costa lembrou ainda que o Governo apostou

nas exportações e no investimento privado, mas as exportações "tiveram uma queda no último trimestre" e o investimento também registou "uma queda" em idêntico período. Mas, segundo salientou, "o mais rotundo fracasso do Governo é na consolidação das finanças públicas, aquele que foi o seu único e exclusivo objectivo, em

nome do qual tudo e todos se deviam sacrificar".

Referindo que "já nem o primeiro-ministro confia nos resultados da sua própria política", o líder da bancada socialista frisou que "Portugal não pode ficar parado, à espera, a atrasar-se, a afundar-se mais na recessão e no desemprego".

Por isso, adiantou, o PS vai promover na primeira semana de Outubro uma interpelação ao Governo, porque o próximo Orçamento de Estado "é decisivo e queremos confrontar o Governo com a necessidade de não perder esta oportunidade para mudar a política económica".

É que, argumentou, ao contrário do que pensa o primeiro-ministro "a alternativa não se coloca entre crescimento económico e consolidação orçamental".

Falta de visão estratégica

Sublinhando que "sem crescimento não há consolidação das finanças públicas", António Costa sustentou que "Portugal tem de crescer e, crescendo, consolidar as suas finanças públicas".

É que, considerou, "asfixiar a economia é mesmo o pior caminho para a

consolidação das finanças públicas, como temos visto, trimestre após trimestre".

"Aumentaram o IVA, para aumentar a receita fiscal, e o efeito foi a contracção da procura e a diminuição da receita. Cortaram no investimento para diminuir a despesa, e o efeito foi o aumento do desemprego e maior despesa com o subsídio de desemprego", disse António Costa, concluindo que "estes não são meros erros de política económica, mas sim erros que são fruto da falta de visão estratégica para o País".

PS interpela o Governo

Entretanto, e tal como tinha anunciado António Costa na sua declaração política, o Grupo Parlamentar do PS já entregou ao presidente da Assembleia da República um pedido de interpelação ao Governo para um debate de política geral, centrado na condução da política económica e financeira e na orientação das políticas públicas em matéria de investimento, designadamente nos domínios infra-estrutural e de apoio ao desenvolvimento e à inovação.

A interpelação deverá ter lugar no próximo dia 2 de Outubro.

PEDROSO QUER PS NA "MÁXIMA FORÇA"

Em vésperas de eleição da nova direcção da bancada parlamentar do PS, Paulo Pedroso escreveu a António Costa pedindo-lhe para preencher a vice-presidência que ocupava, porque a direcção do Grupo não deve ter lugares simbólicos em aberto. Na missiva em que também apela à recandidatura de António Costa, o antigo porta-voz dos socialistas sustenta que "só na máxima força o PS pode travar os efeitos corrosivos da direita radical".



Numa carta enviada no dia 10 de Setembro a António Costa, Paulo Pedroso agradece toda a "solidariedade" dos deputados socialistas, desde que foi indiciado e detido preventivamente no âmbito do processo Casa Pia - uma "ignominiosa calúnia", como mais uma vez faz questão de frisar. Na missiva, Paulo Pedroso sublinha querer "a melhor e a mais eficaz direcção possível" na bancada parlamentar, apelando por isso a António Costa para que se recandidate a mais um mandato. "Lamento não poder estar presente para te ajudar onde for preciso. Quando tiver finalmente vencido a calúnia será o momento de voltar a ajudar no que for possível no combate pelo progresso, pela democracia, pelos direitos humanos, políticos, civis e sociais, pela justiça e equidade", escreve Paulo Pedroso.

No entanto, considera que, enquanto

se encontrar em prisão preventiva, "é importante que em nenhum momento os criminosos" que o atingiram, "possam sentir o prazer - porventura desejado - de atingir também o PS".

"Por isso suspendi todos os cargos partidários. Por isso entendo que deves contar com uma direcção do grupo parlamentar a todo o vapor, sem lugares simbólicos em aberto", porque, sustenta, "só na máxima força o PS pode travar os efeitos corrosivos da acção da direita radical".

Mas a carta não é só de natureza política. O camarada Paulo Pedroso reafirma-se vítima de uma "calúnia" e dá conta das "muitas perplexidades" que o processo lhe suscitou, "desde a noite em que inesperadamente ouvi um juiz de instrução perguntar-me se um líder partidário acreditava no Estado de Direito democrático".

Bancada socialista renovada

Entretanto, a eleição para a direcção do Grupo Parlamentar do PS,

inicialmente agendada para terça-feira, e à qual apenas se apresenta uma lista, foi adiada para hoje.

Manuela de Melo, Leonor Coutinho e Afonso Candal são os três novos rostos na direcção da bancada socialista, que continua a ser liderada por António Costa.

Abandonam a direcção do grupo, além de Paulo Pedroso, que pediu para sair por não querer "lugares simbólicos", Maria de Belém e Elisa Ferreira. A antiga ministra da Saúde sai por ter substituído recentemente Jorge Coelho nas funções de coordenadora autárquica do PS, o que a obriga, entre múltiplas tarefas, a frequentes deslocações pelo País. Quanto a Elisa Ferreira, tinha já assumido o compromisso de que apenas ficava até à passada sessão legislativa.

Mantêm-se na direcção da bancada os camaradas Acácio Barreiros, Guilherme d'Oliveira Martins, José Magalhães, José Sócrates, Manuel Maria Carrilho e Maria Santos.

SOCIALISTAS CONTRA "LAY-OFF" NA FUNÇÃO PÚBLICA

O "lay-off" e a possibilidade de despedimento por redução de actividade, duas das inovações introduzidas pelo anteprojecto governamental que estabelece as novas regras do contrato de trabalho na Administração Pública, são liminarmente rejeitadas pelos socialistas, uma vez que vai contribuir para a precarização do emprego e criar um clima de instabilidade permanente.

Em declarações ao "Acção Socialista", Alexandre Rosa, antigo secretário de Estado da Administração Pública do Governo de António Guterres, considera que estas alterações "vão no sentido da precarização do emprego na Função Pública e redução dos direitos dos trabalhadores", adiantando que "o PS tem defendido a ideia do contrato individual de trabalho, como uma das formas de contratação, desde que devidamente regulamentado e como elemento de modernização das relações laborais".

É salienta que o PS que esteve contra o Código do Trabalho por precarizar as relações de emprego no sector privado, pelas mesmas razões e no que toca à Função Pública "está contra qualquer projecto que vise a precarização do emprego e facilitar os processos de despedimento".

Alexandre Rosa ressaltou ainda que "o PS vai analisar o diploma e tomar as posições que na altura julgar adequadas".

Também os sindicalistas socialistas manifestaram a sua mais viva oposição a este projecto governamental. Nobre dos Santos, secretário-geral do Sintap, reafirmou a sua posição contrária ao contrato individual de trabalho na Administração Pública, considerando também não fazer qualquer sentido que "o Estado, empregador de referência, siga o caminho das empresas com dificuldades".

"É um absurdo falar em questões como a redução da actividade para facilitar despedimentos na Função Pública", acrescentou.

Já Carlos Trindade, coordenador da Corrente Sindical Socialista na CGTP, considerou o projecto governamental "preocupante a vários níveis", desde logo porque se insere "na contra-reforma em curso na Função Pública que visa reduzir os serviços públicos às expressões mais elementares e fazer dos trabalhadores do Estado os bodes expiatórios de todas as dificuldades".

Por outro lado, este projecto, a concretizar-se, "contraria mais uma promessa de Durão Barroso e do PSD de que não haveria despedimentos no País e na Função Pública".

O dirigente sindical socialista da CGTP faz questão de salientar ainda que "esta prática do Governo de direita é totalmente oposta à dos governos de António Guterres que promoveram efectivas medidas reestruturadoras dos serviços públicos, valorizaram o diálogo social publicando a lei de negociação colectiva, bem como os trabalhadores através da dignificação das carreiras profissionais".

FOGOS FLORESTAIS

SOCIALISTAS QUEREM DISCRIMINAÇÃO POSITIVA PARA AUTARQUIAS AFECTADAS

O Orçamento de Estado de 2004 deve inscrever verbas para um tratamento favorável das corporações de bombeiros e concelhos descapitalizados no combate aos fogos florestais que devastaram o País. Esta é a exigência do Partido Socialista consubstanciada nas palavras do seu secretário-geral.

Discursando na abertura do colóquio sobre incêndios florestais, promovido pela bancada do PS, no passado dia 23, na Assembleia da República, Ferro Rodrigues defendeu que a política orçamental do Executivo de direita "não poderá ser cega, como se nada se tivesse passado com os incêndios florestais no último Verão".

Na sua intervenção, o líder socialista exigiu também que se empreenda a tarefa de criar um alargado sentido de responsabilidade social neste sector, criticando severamente a forma "autoritária" como o Governo promoveu mudanças nos bombeiros e protecção civil "sem a participação dos agentes directamente envolvidos".

Ferro lamentou que Portugal "tenha um défice de cultura de protecção civil, não só ao nível dos incêndios, mas também na prevenção de riscos face a fenómenos como sismos ou inundações", pelo que defendeu o envolvimento geral, mas organizado, de instituições como escolas e/ou forças armadas.

"O trabalho de prevenção ao nível da protecção civil está bloqueado, o que poderá ter graves consequências a prazo", avisou, assinalando de seguida que, "apesar do sacrifício de bombeiros e autarcas" na luta contra os fogos, "verificou-se uma descoordenação de forças, precisamente porque se fizeram fusões que mais pareceram absorções". Avançando para as propostas, o líder do PS defendeu uma "maior profissionalização" ao nível dos comandos, salientando, neste contexto, a necessidade de haver uma entidade de gestão única, do ponto de vista político e administrativo, a tutelar as florestas portuguesas.

"Quando há demasiados responsáveis numa determinada área, sempre que há problemas, ninguém é depois verdadeiramente responsável", considerou, desafiando em seguida o Executivo a "recomeçar o trabalho iniciado em 2000 para a existência de um melhor ordenamento territorial".

O secretário-geral do PS apontou igualmente para a necessidade de se dar apoios aos proprietários para a limpeza das suas matas, enquadrados em novas regras de gestão da mancha florestal privada, bem como para a urgência de se implementar programas específicos para incentivar fixação de populações no interior do País.

"O fogo é um verdadeiro inimigo nacional face ao qual não podemos defender-nos com amadorismo", concluiu Ferro, recordando com emoção as conversas que manteve com as dezenas de famílias afectadas e desesperadas, num cenário de autêntica calamidade pública, um pouco por todo o País.

No colóquio promovido pelo GP/PS



No primeiro dia de um périplo pelos distritos mais atingidos pelos incêndios florestais, Ferro Rodrigues e uma delegação de deputados socialistas acompanharam as operações de combate a um fogo deflagrado perto de Abrantes

participaram também os docentes universitários Xavier Viegas (Coimbra), Américo Mendes (Porto), o presidente da Liga de Protecção da Natureza, José Alho, e o investigador da Estação Florestal Nacional, Joaquim Pedro Figueiredo.

Subordinado ao tema "Incêndios 2003, o que fazer?", o encontro foi encerrado pelo presidente da bancada socialista, António Costa, no que constituiu o culminar da iniciativa "Avaliar para Agir", no âmbito da qual uma delegação de deputados do PS efectuou várias deslocações a alguns dos distritos mais flagelados pelos incêndios de Agosto e Setembro.

António Costa avançou que o PS vai propor a concessão de uma garantia de "rendimento mínimo" para os cidadãos afectados pelos fogos florestais.

Ferro promete bater-se por medidas excepcionais

Em Monchique, no dia 22, o secretário-geral do PS defendeu a aplicação de medidas excepcionais nos concelhos afectados pelos fogos florestais.

Ferro Rodrigues sobrevoou de helicóptero os vários concelhos do Algarve atingidos pelas chamas mostrando-se chocado com o que viu, principalmente no município presidido pelo nosso camarada Carlos Tuta onde ardeu mais de 75 por cento da sua área total.

"O Governo e a União Europeia têm de perceber que perante esta situação de calamidade há regras burocráticas que não podem nem devem ser cumpridas", afirmou o secretário-geral, no final da reunião com os autarcas dos concelhos do Barlavento algarvio atingidos pelas chamas.

Para o líder socialista, as zonas

"duramente vitimadas pelo fogo têm de ter medidas de apoio ao investimento, aos empresários, ao emprego, apoio social e económico" a disponibilizar, rapidamente, pelo Governo, sob pena de desertificação destas regiões prosseguir a um ritmo imparável.

Depois de ouvir as preocupações e o balanço feito pelos presidentes das câmaras de Monchique, Portimão, Lagos, Aljezur e Silves, Ferro Rodrigues considerou que Portugal vive um clima de "insegurança", havendo suspeitas recorrentes de "mão criminosa organizada" em vários incêndios que assolaram o nosso país.

Para além das medidas preventivas que devem ser tomadas o secretário-geral do PS salientou a urgência de se perceber "quem ganha do ponto de vista económico com os fogos", exigindo que as investigações em curso sejam levadas até ao fim.

"O PS está totalmente disponível para, com todos os partidos no Parlamento, participar no esforço nacional de devolver a esperança às populações atingidas" e planejar de forma ordenada a floresta, assegurou.

Por outro lado, os presidentes de câmara manifestaram a sua preocupação com a erosão dos solos durante o Inverno e as "complicações que poderão surgir" com a falta de limpeza das linhas de água, da responsabilidade do Ministério do Ambiente. Em resposta, o secretário-geral assumiu o compromisso de levar as queixas ouvidas até ao hemiciclo de São Bento.

Urge uma verdadeira reforma da Protecção Civil

Já em Castelo Branco, Ferro Rodrigues tinha reafirmado, no passado sábado, a sua convicção de que "é premente

realizar uma reforma da Protecção Civil" para que "não se repita no próximo ano aquilo que se passou este ano".

"Uma verdadeira reforma terá de ser feita ouvindo todos aqueles que participaram este ano no combate aos incêndios, muitas vezes de forma descoordenada, mas dando o melhor de si próprios", disse o líder socialista, após um encontro com autarcas e produtores florestais.

Questionado sobre a actuação da tutela no combate aos fogos, Ferro considerou que, de uma maneira geral, "o Governo não agiu bem, sobretudo no respeitante à prevenção", mas não deixou de reconhecer que "tomou algumas medidas correctas e rápidas nalgumas áreas, nomeadamente no que diz respeito aos alimentos para os animais."

"Nesta reunião procurámos fundamentalmente olhar para o futuro", explicou, para a seguir fazer eco de algumas das preocupações dos produtores florestais.

Destacou, quanto a estas, o preço de garantia das madeiras queimadas – que os proprietários consideram baixo –, a dificuldade de fazer chegar os salvados aos parques de recepção e a falta de compensações para os prejuízos florestais, contrariamente ao que acontece com as perdas agrícolas.

Fusão de bombeiros com a protecção civil foi precipitada

Em Constância, no dia 19, o líder do PS considerou "extraordinário" que, depois do que aconteceu em Agosto e de um alerta da meteorologia, tenha havido em Setembro "o desastre que houve", mesmo em áreas da responsabilidade do Ministério da Agricultura, como a Tapada de Mafra.

"Pode ter havido aqui e acolá mão criminosa, mas também não podemos

aceitar que tudo o que acontece ou é por causas climáticas ou criminosas e nunca ninguém tem responsabilidade de nada", declarou.

Segundo Ferro, a fusão dos serviços nacionais de bombeiros e protecção civil foi "tudo menos uma reforma".

"Foi uma precipitação que se traduziu num privilégio às questões de poupança de dinheiro e não de segurança e protecção das populações", ainda por cima feita "de forma autoritária, contra os pareceres de toda a gente" e "uns meses antes do início do Verão, o pior momento para introduzir qualquer ruptura no funcionamento da protecção civil", afirmou.

O secretário-geral do PS criticou ainda a ausência de uma coordenação nacional "suficientemente flexível para que os meios fossem utilizados nos momentos e nos sítios em que eram necessários", advogando uma célere reposição das condições de operacionalidade de muitas corporações, exaustas financeiramente e com muitos equipamentos destruídos. Por outro lado, reivindicou que se "retire da gaveta" o projecto de criação de uma "força de intervenção permanente" e que se faça "uma verdadeira reforma da protecção civil", que passe pela audição, "atempada, tranquila e com resultados práticos", de autarcas e bombeiros.

No primeiro dia do périplo pelos distritos mais afectados pelos incêndios florestais o líder socialista deslocou-se aos concelhos da Batalha e Chamusca, onde se reuniu com a Liga dos Bombeiros Portugueses e a Federação Distrital de Bombeiros de Santarém, e acompanhou de perto, ladeado por deputados do GP/PS, as operações de combate a um intenso fogo que entretanto deflagrara perto de Abrantes.

REVISÃO CONSTITUCIONAL

PS QUER ABERTURA IMEDIATA DO PROCESSO RELATIVO ÀS REGIÕES AUTÓNOMAS

A preservação da estabilidade constitucional é o valor que se deve observar em matéria de revisão constitucional e pelo qual se orienta a bancada do PS, pelo que a alteração da Lei Fundamental tem de revestir um carácter "cirúrgico".

Os deputados socialistas defendem, por isso, que a revisão da Constituição da República deve ser "limitada ao aperfeiçoamento ou resolução de questões específicas", como as relativas às Regiões Autónomas, à Alta Autoridade para a Comunicação Social e à limitação de mandatos dos cargos públicos.

Para o PS, está esgotada a necessidade de prever a realização periódica de revisões constitucionais ordinárias, cada cinco anos, devendo restringir-se a possibilidade à iniciativa de dois terços dos parlamentares, ou seja, "cada revisão deve passar a ter carácter extraordinário". Este "reforço da garantia da estabilidade constitucional" deve, no entender dos parlamentares socialistas, ser consagrado na próxima revisão constitucional, até porque o GP/PS define como "inoportuna" uma nova "mexida" na Lei Fundamental sem que esteja cumprido o programa legislativo de reforma do sistema político que determinou a Revisão Constitucional de 1997, em especial no que respeita às leis eleitorais para o Presidente da República, Assembleia da República, Assembleias Legislativas Regionais e Autarquias Locais.

A defesa do prestígio da acção política e da credibilidade das instituições exige, pois, no entender dos socialistas, que os compromissos constitucionais responsabilmente assumidos sejam sérios e efectivamente cumpridos, antes de novas alterações constitucionais, pois, caso contrário, estas nasceriam sob a suspeição de inconsequência.

Assim o reafirmou o deputado Alberto Martins que, em conversa com o "Acção Socialista", falou da "urgência" de se proceder a uma "revisão pontual" da Constituição portuguesa, que também tem de entrar em linha de conta com os trabalhos da CIG que deverão aprovar em Abril de 2004 o texto constitucional europeu. Neste cenário convém ter



presente os actos eleitorais do próximo ano em que haverá eleições europeias em Junho e regionais em Outubro.

Neste sentido, declarou, "é desejável que os sufrágios para as Assembleias Legislativas Regionais da Madeira e dos Açores decorram num quadro em que as competências das autonomias estejam clarificadas e assentes na base de uma lei eleitoral actualizada".

Todavia, Alberto Martins sublinhou as dificuldades político-constitucionais que este calendário político suscita. É que, se por um lado a revisão constitucional relativa às Regiões Autónomas e a necessária alteração das suas leis eleitorais, devem ser concretizadas com a maior antecedência possível relativamente às eleições regionais, por outro, não se pode ignorar um dado novo, só definitivamente clarificado e consolidado em Abril/Maio de 2004, que resulta da futura Constituição Europeia.

Com efeito, para efeitos de ratificação do Tratado que institui a Constituição Europeia, pode vir a confirmar-se, também neste âmbito, a necessidade de revisão constitucional, que se impõe que seja, segundo o PS, "serena e profundamente ponderada".

"Não se pode sacrificar uma boa reforma do sistema político e uma ponderada revisão constitucional, ainda que cirúrgica,

à urgência que o calendário eleitoral regional impõe" advertiu.

Todavia, os socialistas defendem que também não se deve sacrificar essa urgência à necessidade de prosseguir serenamente os trabalhos parlamentares da reforma do sistema político e da revisão da Constituição, no novo quadro a definir pela Constituição Europeia.

Socialistas avançam com propostas

Com sentido de compromisso democrático, o Partido Socialista propôs aos demais partidos representados no Parlamento um programa de trabalhos que prevê, em primeiro lugar, a "abertura imediata dos processos de revisão constitucional, na parte relativa às Regiões Autónomas, e de alteração das respectivas leis eleitorais", de modo a que possam entrar conjuntamente em vigor até finais de Janeiro de 2004.

Para o efeito, o PS já concluiu a sua proposta de revisão constitucional na parte relativa aos Açores e à Madeira e que se debruça essencialmente sobre a natureza do ministro da República e sobre a competência legislativa das regiões.

Assim, a proposta socialista centra-se na melhor delimitação das competências dos órgãos de soberania e dos órgãos do governo próprio, superando áreas actuais de conflitualidade, e consolida a figura do Representante Especial da República com competências limitadas à promulgação, veto e fiscalização dos diplomas regionais. Tal clarificação de competências obedece, para os socialistas, a "um novo modelo de desenvolvimento alternativo ao actual conceito genérico de interesse específico", que se passa a basear na especial configuração das matérias que envolvem carácter de "diversidade, intensidade e exclusividade", que serão enunciadas, em concreto, nos respectivos Estatutos Político-Administrativos e que terão como limite as matérias de competência exclusiva da Assembleia da República e das do Governo próprias das funções de soberania, extinguindo-se o actual conceito de leis gerais da República.

O PS quer, por outro lado, que se alargem as matérias nas quais as regiões autónomas poderão legislar ao abrigo de autorização legislativa parlamentar e no desenvolvimento de leis de bases e regimes gerais e consagra-se a possibilidade de delegação de competências do Governo da República para os executivos regionais.

Na proposta socialista consagra-se, igualmente, a competência das Regiões Autónomas de transpor directivas comunitárias e o poder de iniciativa destas em sede de leis eleitorais para as Assembleias Legislativas, as quais devem ser igualmente aprovadas na Assembleia

da República por maioria de dois terços. Prosseguir, com "empenho reforçado", os trabalhos para a reforma do sistema político, podendo o mandato da respectiva Comissão Eventual ser prorrogado, uma última vez, até 31 de Março é outra das propostas do PS, que também defende que, estando em causa matérias que carecem de maioria qualificada de dois terços para a sua aprovação, o seu acordo definitivo a cada um dos diplomas deve depender da avaliação global e de conjunto do resultado final dos trabalhos da Comissão.

MARY RODRIGUES

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DA PROPOSTA SOCIALISTA

- A figura do ministro da República é substituída pela de "representante especial da República nas regiões autónomas", com competências para nomear o governo próprio e regular a actividade legislativa regional;

- O representante especial da República nas regiões autónomas passa a ser nomeado pelo chefe de Estado, ouvidos os partidos representados nas assembleias legislativas e o Conselho de Estado;

- Eliminam-se os conceitos de interesse específico, leis gerais da república e princípios fundamentais desta;

- Cria-se um novo critério definidor da competência legislativa das autonomias, que passa pela especial configuração que as matérias assumam nas regiões por motivos de intensidade, diversidade ou exclusividade;

- Alarga-se o quadro das matérias de intervenção legislativa das assembleias regionais;

- Cria-se um quadro de matérias que cabem exclusivamente ao Governo no exercício de funções de soberania para definir as que são subtraídas da intervenção legislativa regional;

- Criam-se mecanismos de derrogação das leis e decretos-lei por decreto legislativo regional quando este incida sobre matérias definidas como passíveis de intervenção legislativa regional;

- Prevê-se a transposição de directivas comunitárias através o decreto legislativo regional;

- Elimina-se a dissolução-sanção dos órgãos de governo próprio das regiões, instituindo-se a dissolução das assembleias legislativas regionais por iniciativa do Presidente da República;

- Atribui-se competência a Assembleia da República para aprovação das leis relativas à eleição dos deputados às assembleias legislativas regionais e a sua classificação como lei orgânica;

- Estabelece-se a reserva de iniciativa das regiões autónomas nas leis relativas à eleição dos deputados às assembleias legislativas;

- Abre-se a possibilidade de desenvolvimento de lei de bases e regime gerais em todas as matérias que sejam consideradas como passíveis de intervenção legislativa regional;

- Cria-se um modelo de definição de matérias passíveis de intervenção legislativa regional em sede do Estatuto Político-Administrativo;

- Prevê-se a transferência de competências do Governo para os executivos regionais mediante acordo;

- Consagra-se constitucionalmente a obrigação dos governos regionais, em caso de dissolução das assembleias legislativas e sua consequente demissão, de se limitarem à prática dos actos estritamente necessários para assegurar a gestão dos negócios públicos.

AUTONOMIAS

DEPUTADOS DO PS/AÇORES

AGUARDAM PROPOSTAS DE OUTROS PARTIDOS

A bandeira das autonomias foi e continua a ser socialista, com provas dadas no terreno, afirmou o líder da bancada do PS na Assembleia Regional dos Açores.

Numa declaração política que proferiu, a 17 de Setembro, a propósito da divulgação a nível nacional do projecto de Revisão Constitucional do Partido, nesse mesmo dia, na cidade da Horta, Vasco Cordeiro salientou que o PS foi o primeiro e, até agora, o único, a apresentar uma proposta concreta para as regiões autónomas.

Reafirmando o compromisso político de "tudo fazer para que as próximas eleições legislativas regionais decorram num quadro constitucional e legal já estabilizado, o presidente da bancada socialista no parlamento açoriano alertou para a importância de se "trabalhar por uma reforma consensual do sistema eleitoral" nas regiões.

"As soluções que propomos consubstanciam uma profunda reforma da competência legislativa das autonomias, bem como dos modelos de representação do estado nas mesmas", observou, para depois afirmar que os socialistas estão "prontos a dialogar e a debater com os restantes partidos políticos a sua proposta de revisão logo que da parte destes surjam também propostas concretas".

Lembrando que o repensar das soluções e das concretas formulações que, em sede de Constituição da República, contemplam as autonomias, é uma tarefa de realização contínua", Vasco Cordeiro defendeu o imperativo e a urgências de se avançar já e "romper com modelos que se encontram esgotados". "É tempo de deixarmos de remendar e usarmos tecido novo", disse.

M.R.

PACOTE LEGISLATIVO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PS REJEITA PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Com os olhos postos numa "Melhor Administração e Mais Cidadania", o PS apresentou cinco projectos de lei para a reforma da Administração Pública, com Ferro Rodrigues a exigir ao Governo a manutenção dos concursos públicos para a escolha das chefias intermédias e a recusar a privatização parcial de institutos públicos.



O PS defende uma reforma de Administração Pública "moderna, participada e promotora de consensos"

Este impulso legislativo é a melhor resposta às acusações de que o PS não tinha projectos. Em menos de 24 horas depois do Governo ter apresentado quatro propostas de lei, o secretário-geral do PS deu a conhecer, em conferência de imprensa realizada no Parlamento, as ideias socialistas para a reforma da Administração Pública vertidas em cinco diplomas: Lei-Quadro das Entidades Reguladoras; Gestão Contratualizada na Administração Pública; Lei de Enquadramento dos Institutos Públicos; Organização Directa do Estado e Estatuto do Pessoal Dirigente.

Ferro Rodrigues fez questão de lembrar que já na sessão legislativa anterior o PS viu aprovado um seu projecto sobre a Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado, recusando, neste contexto, a tese do Governo de que se prepara para fazer uma vasta reforma na Administração Pública.

A este propósito, aproveitou para explicar que "a reforma da Administração Pública não tem datas marcadas para o seu início e para o seu término", tendo de ser entendida "como um processo permanente de promoção da qualidade dos serviços públicos, sendo que os cidadãos devem estar no centro de todas as preocupações".

Para o líder do PS, "melhorar a qualidade e servir os cidadãos, bem como os agentes económicos e sociais, cuidando do bem comum, é a razão de ser de qualquer processo reformador da Administração Pública, das Administrações Públicas nas sociedades contemporâneas".

Ferro Rodrigues, que se encontrava acompanhado de Alberto Martins e

Fausto Correia, ambos com responsabilidades governativas na área da Administração Pública nos executivos de Guterres, acusou o Governo de ter revelado "uma enorme desconsideração por dezenas e dezenas de milhar de profissionais que, todos os dias, dão o melhor de si mesmos para que a Administração funcione de forma cada vez mais próxima e cada vez mais amiga dos cidadãos".

Não obstante todas as críticas, o PS reafirmou a sua "total disponibilidade para ser parte activa no debate sobre esta nova fase da reforma da Administração Públicas", porque considera que "um processo desta envergadura exige uma convergência alargada para o desenvolvimento das medidas que se impõem".

Para Ferro Rodrigues, "um novo impulso na reforma da Administração Pública perde todo o seu efectivo sentido quando visa atacar em primeiro lugar os próprios trabalhadores", sustentando que "o que importava era mobilizar os trabalhadores para servir ainda mais e melhor os seus concidadãos, bem como os agentes económicos e sociais".

De facto, frisou o líder do PS, o que o Governo anuncia salda-se, entre outros aspectos, pela "saga extintória de institutos públicos existentes", pela "criação ou encerramento de serviços" e, por último mas não em último, "o fim da obrigatoriedade do concurso público como forma de preenchimento dos cargos dirigentes intermédios".

Em defesa do concurso público

O PS, adiantou, "continua coerente-

mente a defender as vantagens do concurso público obrigatório para preenchimento dos lugares intermédios de chefia", considerando que a proposta do Governo para extingui-los visa o "reforço da governamentalização" dos serviços públicos.

Segundo Ferro Rodrigues, na Administração Pública reina hoje, em termos gerais, "uma encruzilhada marcada pela confusão, desmotivação, paralisia e incerteza, fruto de uma conhecida obsessão doentia: reduzir, a qualquer custo, as despesas do Estado, tendo em vista a redução do défice orçamental".

O secretário-geral do PS disse ainda que se vive hoje "um clima completamente contrário à retoma", ou seja, "em vez de confiança, o Governo gerou confusão e incerteza; em vez de motivação, o Governo gerou desmotivação e paralisia".

Ferro Rodrigues referiu, por outro lado, que o PS, ao englobar no seu pacote

legislativo o projecto de lei-quadro das entidades reguladoras, visa colmatar a ausência de quaisquer medidas governamentais "que visem enquadrar, de forma sistemática e adequada, a actividade reguladora do Estado - reconhecida, hoje e consensualmente, como uma das mais importantes funções do Estado moderno". E daí, "a veemência da nossa denúncia", porque, adiantou, "o Governo não só não tem qualquer iniciativa nesta matéria como antes inviabilizou, mesmo que apenas para discussão, este mesmo projecto de lei-quadro sobre entidades reguladoras independentes".

A proposta de lei do Governo de enquadramento dos institutos públicos também foi alvo de fortes críticas de Ferro Rodrigues, que considerou o diploma "uma fuga para o direito privado, sem controlo, da empresarialização", o que pode constituir "uma porta aberta para a privatização" dos serviços públicos.

O PS, reafirmou, "jamais dará o seu aval a medidas que, ancoradas nas perspectivas neoliberais conservadoras, tenham como objectivo reduzir o Estado à sua expressão mínima de garante do exercício da justiça, de defesa, da segurança e da cobrança de impostos, ao mesmo tempo que se deixa ao mercado o poder regulador da vida social".

E acrescentou: "Somos defensores de uma economia de mercado. Não somos adeptos de uma sociedade de mercado".

Ferro Rodrigues explicou ainda que coexistem duas formas de olhar o processo de reforma da Função Pública, uma, "moderna, participada e promotora dos consensos", preconizada pelo PS, a outra, "conservadora, autista e prepotente", que tem sido seguida pelo actual Governo.

O líder do PS exortou ainda o Executivo de direita a divulgar com detalhe todas as nomeações feitas desde Abril de 2002 e até ao momento, no seio da Administração Pública, "recorrendo aos mesmos critérios utilizados pelo PSD e pelo CDS/PP quando estavam na oposição". Na conferência de imprensa, Ferro Rodrigues aproveitou ainda para chamar a atenção para a "desastrosa" execução orçamental do País até Agosto, e exigiu ao Governo que integre este resultado no Orçamento de Estado de 2004.

"O mês de Agosto foi um verdadeiro desastre na execução orçamental, não só pelo lado das receitas, mas também ao nível das despesas, mesmo naquelas que se referem à gestão de despesas com pessoal", disse.

J. C. CASTELO BRANCO

RECOLOCAR A REGIONALIZAÇÃO NA AGENDA

Ferro Rodrigues quer trazer de novo a regionalização para o debate público, através da apresentação, "em tempo oportuno", de "uma proposta clara de organização administrativa do território", que permita, em simultâneo, "enquadrar as políticas de descentralização e a organização territorial da administração central desconcentrada".

Falando na apresentação dos projectos-lei do PS para a reforma da Administração Pública, defendeu que "só com um consenso entre as forças políticas" se tornará viável colocar de novo a questão da regionalização na agenda política. Mas, tendo em atenção o actual quadro parlamentar salientou também que o processo de regionalização não tem condições para poder avançar já.

PACOTE LEGISLATIVO DO PS

Lei-Quadro das Entidades Reguladoras

O diploma visa encontrar soluções consequentes na estruturação e reorganização do Estado e na uniformização das entidades reguladoras já existentes e das que vieram a ser formadas, assentes em cinco objectivos: delimitar as áreas em que se justifica a adopção das Autoridades Reguladoras Independentes (ARI), tornar mais exigentes os requisitos para criação de novas ARI, estabelecer um padrão básico quanto ao seu regime jurídico, aumentar a visibilidade e a transparência do universo das mesmas e impor um reexame do conjunto das ARI já existentes.

Gestão Contratualizada nos Serviços da Administração Pública

Pretende-se a criação de um regime experimental designado de gestão contratualizada que numa primeira fase apenas será aplicável aos organismos e serviços da administração pública central, que a ele queiram voluntariamente aderir.

O regime preconiza a contratualização do financiamento em função das actividades a prosseguir pelo organismo, a flexibilização da contratação e gestão dos meios e recursos necessários ao funcionamento do serviço e o estabelecimento de um sistema de incentivos em função dos resultados efectivamente alcançados.

Simultaneamente, abre-se um espaço de inovação quanto à política de emprego público introduzindo o contrato individual de trabalho.

Lei de Enquadramento dos Institutos Públicos

Define o enquadramento necessário à garantia de que criação de institutos públicos respeite os princípios de necessidade e de subsidiariedade em relação à administração directa do Estado.

O diploma define como objectivos a unificação e sistematização do quadro legal dos serviços da administração indirecta do Estado. Do seu preâmbulo resulta que o projecto-lei pretende: estabelecer o regime aplicável à generalidade dos institutos públicos, reduzir a multiplicidade e a heterogeneidade dos regimes vigentes, clarificar as condições de criação de institutos com regime jurídico atípico, definir as regras do emprego público, e aumentar a visibilidade e a transparência do universo dos institutos públicos.

O diploma define também o regime de nomeação dos membros dos órgãos superiores, bem como o respectivo estatuto e as suas responsabilidades de gestão, e, por outro lado, permite um maior acompanhamento da actividade dos institutos públicos por parte do Parlamento, além de apontar um reexame dos institutos públicos existentes.

Organização Directa do Estado

Estabelece os princípios e as normas a que deverá obedecer a organização dos serviços da administração directa do Estado.

O diploma prossegue finalidades especialmente dirigidas ao estabelecimento de normas comuns para o regime jurídico dos serviços públicos integrados na administração directa do Estado e, bem assim, à redução da multiplicidade dos modelos orgânicos em vigor.

A concretização destas finalidades contribuirá, consequentemente, para apoiar as políticas dirigidas à redução da despesa pública, racionalizar e tornar mais transparente a organização da administração directa do Estado, além de enquadrar a emissão de pareceres sobre a criação, reorganização ou extinção de serviços públicos.

Estatuto do Pessoal Dirigente

Consagra a manutenção do concurso público como forma de recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia, introduzindo, contudo, alterações processuais no seu desenvolvimento que visam a sua desburocratização e simplificação, ao mesmo tempo que se introduz a entrevista profissional pública como método obrigatório de selecção.

Assim, procede-se à extinção da Comissão de Observação e Acompanhamento dos concursos para os cargos dirigentes, eliminando-se igualmente o sorteio do júri, sem colocar em causa os direitos de recurso.

No que respeita aos cargos de direcção superior, introduzem-se algumas especificações que obrigam a que a escolha, embora livre, recaia em indivíduos com conhecimentos e experiência comprovada, não só no domínio específico do lugar a ocupar, mas igualmente no domínio da gestão pública.

AS PERGUNTAS QUE SE IMPÕEM

Onde está a divulgação periódica e pormenorizada das reclamações registadas pelos cidadãos no respectivo Livro de Reclamações?

Onde está a programação de abertura ao público de novas Lojas do Cidadão, em especial nas capitais de distrito ainda não contempladas, como é o caso, entre outras, de Leiria, Bragança, Beja e Faro?

Onde está o reforço da oferta de serviços dos Postos de Atendimento ao Cidadão, que permanecem hoje praticamente com o menu que tinham quando se tratava apenas de um projecto experimental?

Onde está a extensão a todas as capitais de distrito dos Centros de Formalidades das Empresas, instrumento fundamental para a célere criação, fusão ou extinção de empresas?

Onde está desenvolvido e aplicado o Serviço Público Directo, no contexto da Administração Pública Electrónica?

Onde está o tão prometido Portal do Cidadão?

Onde estão os serviços "on-line", cujo funcionamento foi afiançado até ao primeiro trimestre de 2003?

Porque foi inviabilizado, pela maioria, o Cartão do Cidadão, projecto de iniciativa parlamentar do PS, que reunia todas as condições para ser utilizado como um elemento impulsor de modernização de um significativo conjunto de serviços e de relações electrónicas com a Administração Pública?

Onde pára a Base de Dados que devia ser formada a partir do I e do II Recenseamento Geral da Função Pública, realizados pelos governos do PS, como medida imprescindível à gestão dos recursos humanos na Administração Pública?

Corrente dos Sindicalistas Socialistas da CGTP-IN II Plenário Nacional

4 E 5 DE OUTUBRO - INATEL DE OEIRAS

Dia 4 11.00h *Situação político-sindical*
Convidado Rui Cunha

15.00h *A Sociedade Democrática, as dinâmicas da acção reivindicativa e o carácter plural e unitário da CGTP-IN*
Convidado Augusto Santos Silva

Dia 5 09.00h *A Construção Europeia*
Convidados António José Seguro e Maria Helena André

11.30h *A situação política internacional e a CISL - Confederação Internacional dos Sindicatos Livres*
Convidados Ana Gomes e José Olívio Oliveira

15.30h *Sessão de encerramento do Plenário*
Convidados Vieira da Silva, João Proença e Carlos Trindade

O PAÍS DE PORTAS

O país vive os seus problemas, bem graves a vários títulos, e Paulo Portas fala - cria - de problemas que não têm nada a ver com as dificuldades que os portugueses atravessam e que apenas introduzem ruído na vida política.

Que Paulo Portas não faz bem ao país, muito pelo contrário, era já sobejamente evidente. Sabemos que os populismos germinam normalmente à sombra de climas de agitação social, de insegurança, de medos colectivos explorados de forma cínica e oportunista. O objectivo é agregar franjas descontentes em torno de um discurso simples, construído de modo a catalisar frustrações, a permitir a desresponsabilização colectiva e a expiar raivas e receios, em que os "maus" são identificados sem margem

para ambiguidades, sejam eles políticos, estrangeiros, pessoas de determinada raça, ou os muito na moda "ricos e poderosos". Paulo Portas e o seu PP são peritos nisto. Portas ganha sempre com a confusão, com o empolar dos descontentamentos, com a erosão das instituições. Lembramo-nos das campanhas infernais que o PP desenvolveu em torno da questão da insegurança pública nos tempos dos Governos do PS, contribuindo em muito para criar no país a sensação de que vivemos numa sociedade muito mais violenta do que todos os indicadores objectivos demonstram. O que é que o país ganhou com isso, para além de meses de amargura? Absolutamente nada. Surpreendentemente, Portas deixou, nos tempos que correm, de falar no assunto e o país parece a todos um sítio mais seguro para viver. Lembramo-nos dos discursos demagógicos do Paulinho das Feiras em torno dos idosos e das pensões. Prometendo a todos aumentos irrealistas que, como é evidente, estão por concretizar ainda que Portas esteja agora no Governo. Lembramo-nos do discurso de enovalho constante à classe política, como se Portas estivesse fora dela, quando, afinal, é dos políticos com maior protagonismo ao nível de trapalhadas pouco claras que apenas adensam o mau nome da política. Chegou a convocar a Nossa Senhora para resolver o problema do "Prestige". A agenda Portas é a agenda do que interessa ao senhor Paulo Portas, ainda que o país não ganhe nada com isso. Não tenhamos dúvidas: um país com Portas na política, será sempre um país em ebulição. É que a estabilidade e a paz social não servem nenhum dos seus objectivos. Recentemente tivemos mais dois exemplos flagrantes. O país vive os seus problemas, bem graves a vários títulos, e Paulo Portas fala - cria - de problemas que não têm nada a ver com as dificuldades que os portugueses atravessam e que apenas introduzem ruído na vida política. Trazer à baila neste momento as referências históricas e desprovidas de qualquer efeito prático que a Constituição faz ao socialismo é muito mais do que um maneirismo de direita radical, é, sim, a confrangedora confirmação de uma enorme pobreza intelectual. O Portas que quer a Constituição portuguesa ideologicamente neutral - como se isso existisse - é o mesmo que exige introduzir referências ao cristianismo na Constituição europeia. Já do discurso xenofóbico contra os imigrantes a coberto de falsas e desviadas preocupações com o desemprego dos portugueses, não queremos adiantar grande coisa. Temos que conviver com Portas, é certo. Mas temos também que resistir à tentação de nos colocarmos ao seu nível. Parece claro, no entanto, que Portas não pode falar de Defesa Nacional - tem-se revelado um péssimo ministro nesta matéria e é hoje claro que ocupa o seu posto apenas por inerência - e que portanto, com velado prazer, dedica-se a destrunfar Manuel Monteiro na conquista das franjas radicais com que verdadeiramente se identifica.



MARK KIRKBY

O País relativo

MÍNIMO DE HORAS DE MÚSICA PORTUGUESA NAS RÁDIOS

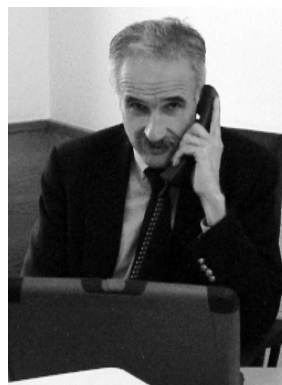
TRÊS PERGUNTAS A ALBERTO ARONS DE CARVALHO

Por iniciativa do Grupo Parlamentar do PS, a Assembleia da República debate hoje um projecto-lei visando a obrigatoriedade das rádios passarem um mínimo de horas de música portuguesa.

Alberto Arons de Carvalho explica a necessidade desta nova legislação para a salvaguarda da língua e da cultura portuguesas.

Qual o objectivo do projecto-lei do PS?

O projecto de lei do PS visa combater o decréscimo da percentagem de música ligeira portuguesa no mercado discográfico, a que não é alheia a fraca difusão que a referida música tem em alguns operadores radiofónicos. Em 1981, a Assembleia da República aprovou já uma lei com estes objectivos, mas a sua ambição, porventura excessiva, viria a comprometer a sua eficácia, uma vez que o diploma nunca seria cumprido. Trata-se pois agora de aprovar uma legislação



realista, que com medidas de alguma excepcionalidade como são a imposição de quotas de difusão, combata uma situação grave lesiva da cultura e da língua portuguesas.

Como se aplicará o critério para a difusão da música portuguesa?

O projecto de lei que apresentámos visa obrigar as rádios de âmbito nacional, regional e local a difundirem mínimos de música ligeira portuguesa, vocal ou instrumental: 20 a 40 por cento da totalidade da música difundida por canal,

competindo ao Governo estabelecer por períodos de dois anos a quota de difusão exacta, que deverá ter em consideração os indicadores disponíveis relativos à quota de consumo de música ligeira portuguesa no mercado discográfico nacional. Por outro lado, o Governo deverá igualmente determinar a percentagem de música cuja edição fonográfica tenha sido realizada no último ano, de forma a promover os novos valores da música portuguesa. Finalmente, refira-se que a quota obrigatória relativa à Antena 1, prevista no contrato de concessão do serviço público estabelecido em 1999, se mantém nos 60por cento da totalidade da música difundida.

Como antecipa a reacção do meio cultural e da maioria de direita no Parlamento?

Temos sentido dos meios ligados à música portuguesa um claro e entusiástico apoio. Aliás, foram os meios musicais que nos sensibilizaram para esta iniciativa e nos deram um precioso auxílio na concretização da sua redacção. Aliás, a adesão tem sido tão significativa que, à última hora, o PP, certamente com o apoio do PSD, apresentou um projecto de lei que se traduz num plágio mal feito do projecto do PS.

MORREU JOSÉ LUÍS NUNES

UM SOCIALISTA E PARLAMENTAR DE EXCEÇÃO

Fundador do PS, deputado na Constituinte e antigo líder parlamentar socialista, José Luís Nunes, 62 anos, um camarada de sempre, faleceu vítima de doença prolongada. Advogado, natural do Porto, teve também uma participação destacada desde muito novo na oposição ao Estado Novo.

Em comunicado, o Secretariado Nacional do PS considera que "a partida precoce de José Luís Nunes, uma figura incontornável da história da democracia portuguesa, constituiu uma enorme perda para o Partido Socialista e para o País". Saliendo o "relevantíssimo património político" de José Luís Nunes que começou a ser construído na oposição ao regime fascista, o Secretariado Nacional refere que "permanecerá na memória da democracia portuguesa", designadamente, o papel activo que este fundador do PS "desempenhou nos movimentos de contestação estudantis de 1962, em Coimbra, e de 1965, em Lisboa, os esforços que



colocou na dinamização da Oposição Democrática, tendo sido candidato pela CEUD às legislativas de 1969".

O Secretariado Nacional do PS recorda também a sua "coragem cívica e pessoal demonstrada na defesa, enquanto advogado, de diversos presos políticos no tristemente célebre Tribunal Plenário, tendo inclusivamente patrocinado, juntamente com Abranches Ferrão e Luís Saías, os familiares do general Humberto Delgado nos processos subsequentes ao seu assassinato pela PIDE". "Já depois do advento da democracia,

assumiu cargos de enorme relevo, quer na esfera do Estado, quer enquanto dirigente do PS, de que se realçam os de deputado à Assembleia Constituinte, deputado à Assembleia da República, vice-presidente da Assembleia da República e de presidente do grupo parlamentar do PS", refere o mesmo comunicado.

Reunido no passado dia 10, o Secretariado Nacional do PS aprovou um voto de "profundo pesar pelo falecimento de um dos seus militantes mais ilustres, apresentando sentidas condolências aos seus familiares e amigos".

O Grupo Parlamentar do PS (GP/PS) também emitiu um comunicado, onde destaca a acção política ao longo de quatro décadas do seu antigo presidente, bem como a sua actividade parlamentar desde a Assembleia Constituinte.

"Dele se pode dizer que foi um homem que - na melhor tradição do PS - fez da recuperação, constituição e solidificação das liberdades públicas, da democracia política e da nobreza cívica no nosso país, o objectivo maior da sua vida", refere o comunicado do GP/PS. "Consciente de que acaba de perder uma das suas mais honrosas referências políticas e parlamentares", o GP/PS apresentou a toda a família enlutada as suas "mais sentidas condolências e total solidariedade".

FESTA DAS ROSAS EM MATOSINHOS

TRUQUES ESCONDEM O DÉFICE ORÇAMENTAL

Críticas à política económica do Governo, responsável pela elevada taxa de desemprego que atinge o País, em especial o distrito do Porto, e apelos à unidade do partido marcaram as intervenções de Vieira da Silva, Francisco Assis, Manuel Seabra e Narciso Miranda na Festa das Rosas, que reuniu no Parque de Santana, em Leça do Bailio, Matosinhos, centenas de militantes e simpatizantes do PS.

Num discurso em que arrasou a política económica e financeira seguida pelo actual Executivo de direita, o porta-voz do PS, Vieira da Silva, afirmou que "Portugal está a andar para trás", devido a um Governo "demasiado incompetente" e que "foge às responsabilidades", ao "esconder com uma sucessão de truques o grande falhanço" do controlo do défice orçamental.

"A ministra de Estado e das Finanças podia fazer sucesso como ilusionista", disse, frisando que "a recessão económica não era inevitável".

Já Francisco Assis, presidente da Federação do Porto, concordou que Manuela Ferreira Leite "só conseguiu afundar um pouco mais Portugal", mas centrou o seu discurso nos "quase 100 mil desempregados" que o distrito do



Porto já contabiliza, o que corresponde a perto de um quarto de todos os portugueses sem emprego.

"Estamos votados ao ostracismo e ao marasmo", afirmou, por sua vez, Manuel Seabra, presidente da Concelhia de Matosinhos, criticando Valentim Loureiro por apenas "falar de futebol", menosprezando as suas responsabilidades enquanto presidente da Junta Metropolitana do Porto, da Metro do Porto, SA e da Câmara de Gondomar.

Por sua vez, Narciso Miranda, presidente da Câmara de Matosinhos, sublinhou que "são os portugueses que sofrem com os erros do Governo", nomeadamente o aumento do desemprego e a "confusão" instalada na educação, pelo que compete ao PS preparar uma alternativa.

Nas suas intervenções, Francisco Assis, Narciso Miranda e Manuel Seabra apelaram também à unidade entre todos

os socialistas do concelho de Matosinhos e do distrito do Porto.

"Que esta festa seja um momento de unidade", desejou Manuel Seabra, enquanto momentos antes Narciso Miranda, derrotado por Manuel Seabra e Francisco Assis nas últimas eleições para a concelhia e distrital do PS, respectivamente, oferecia-se também para colaborar com os novos dirigentes nos combates políticos que se avizinhavam. Francisco Assis juntou-se ao coro de apelos à unidade, enaltecendo o facto de ver Manuel Seabra e Narciso Miranda "claramente" com o seu projecto.

"Não devemos ter uma preocupação excessiva com os unanimismos, que são quase sempre penalizantes", salientou, defendendo que os socialistas também não devem "gastar energias a discutir quem há-de ser o próximo secretário-geral", mas sim a fazer de Ferro Rodrigues o próximo primeiro-ministro.

VIEIRA DA SILVA EM BRAGANÇA

ECONOMIA PORTUGUESA TEM O PIOR DESEMPENHO DA UE

Vieira da Silva manifestou a preocupação do PS com o próximo Orçamento de Estado, numa conferência de Imprensa realizada em Bragança no passado dia 16.

Em Trás-os-Montes, o porta-voz do PS comentou as palavras dos líderes dos partidos do Governo, Durão Barroso e Paulo Portas, que nas respectivas "rentreés" políticas, se limitaram a falar aos portugueses de perspectivas a longo prazo e da Constituição".

O porta-voz do PS acusou o primeiro-ministro de "reagir à crise não falando dos problemas do presente, antes prometendo prosperidade para 2010". O deputado socialista lembrou ainda que "a economia portuguesa é aquela que na União Europeia mais diminuiu o produto".

Apesar de ainda não serem conhecidos os objectivos do Orçamento de Estado para 2004, o Partido Socialista manifestou, desde já, preocupações sobre as linhas de acção governativa.

Vieira da Silva disse acreditar "que o Governo vai fazer mais truques de algebeira para cumprir o défice, tal como aconteceu em 2002", por isso, adiantou que o "PS vai apresentar medidas que ajudem a combater a crise". Em relação à visita de Durão Barroso ao distrito de Bragança o presidente da Federação Distrital, Mota Andrade, classificou-a como sendo "uma grande frustração", uma vez que, argumentou "a única medida que anunciou foi a redução da taxa de IRC para 25 por cento, que é já deste valor, no distrito, para as pequenas e médias empresas e de 15 por cento para as microempresas".

Mota Andrade criticou ainda o primeiro-ministro por ter feito do avanço da obra do acesso de Torre de Moncorvo ao IP2 um dos momentos altos da sua visita a Bragança, esquecendo-se que esta foi uma medida tomada pelo Governo socialista, que já tinha lançado o concurso em 2001 deixando o projecto já em fase de execução.

PORTO

FEDERAÇÃO REPUDIA EXTREMISMO DE PORTAS

A Federação Distrital do PS/Porto repudiou as declarações "demagógicas, populistas, típicas de líderes de extrema-direita" feitas por Paulo Portas na "rentreé" do Partido Popular", particularmente as que relacionaram o problema do emprego com a questão da imigração.

Tais declarações "estigmatizam os imigrantes e não contribuem para a sua integração na sociedade portuguesa", acusam os socialistas, acrescentando ainda que "este discurso radical denota uma falta de responsabilidade e visa sobretudo distrair a opinião pública da grave crise económica e social em que este Governo lançou o País".

O ministro da Administração Interna também foi alvo das críticas da Federação do PS/Porto que o acusou de "incompetência, irresponsabilidade" e, principalmente, de uma "deliberada e gritante ausência" em relação aos incêndios que assolam o País.

Das várias medidas tomadas pelo Ministério da Administração Interna, o PS/Porto lamenta a "extinção da Comissão Nacional de Fogos Florestais, a suspensão do projecto piloto GIPES - Grupos de Intervenção Permanentes, lançados pelos governos socialistas e que permitia manter uma vigilância permanente da floresta".

Em comunicado, emitido no final de uma reunião do Secretariado, os socialistas portugueses contestam ainda o modo como decorreu a colocação de professores no início do ano lectivo e manifestam a sua oposição frontal ao anunciado encerramento de alguns balcões dos CTT.

NUNO CARDOSO CRITICA POLÍTICA DESUMANA DE RIO

"A Câmara Municipal do Porto liderada por Rui Rio, pratica uma política social falaciosa e desumana". A afirmação é de Nuno Cardoso, que aproveitou uma visita ao Bairro Social do Aleixo para criticar o programa "Porto Feliz", criado pela autarquia para solucionar o problema dos arrumadores na cidade.

Após uma reunião com a associação de moradores do Bairro do Aleixo, Nuno Cardoso constatou que "o número de toxicod dependentes aumentou significativamente em vez de diminuir", o que o levou a concluir que o programa "Porto Feliz" "é uma autêntica aldrabice, um logro completo".

O presidente da Concelhia do PS/Porto acusou ainda a autarquia de "falta de rigor científico no tratamento dos toxicod dependentes", sublinhando que estes "são doentes da sociedade e precisam ser tratados".

Nuno Cardoso criticou ainda a falta de apoio que a câmara está a dar ao projecto, Casa da Vila Nova de apoio aos toxicod dependentes.

VISEU

SOCIALISTAS PREOCUPADOS COM CAOS INTERNO NO HOSPITAL DE S. TEOTÓNIO

O PS/Viseu exige que o Governo dê "uma solução célere e inteligente" ao "caos interno" que se vive no Hospital de S. Teotónio

Responsabilizando directamente a administração cessante do hospital viseense, os socialistas acusam o seu presidente, Luis de Carvalho, de não ter gerido, de não ter cumprido e de ser incompetente, ao ponto de ter causado problemas, por exemplo, no serviço de urgências.

Recorde-se que recentemente, o presidente da Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC), Fernando Andrade, anunciou que Luis de Carvalho tinha pedido a demissão do cargo, alegando "outros projectos pessoais".

Pouco convencidos, os socialistas questionam se a demissão, antes de completar o primeiro ano de uma comissão de serviço que deveria durar três, terá sido "pedida ou compulsiva", uma vez que nesse período o Hospital de S. Teotónio - uma "estrutura de excelência no distrito e mesmo no País" - ficou "a funcionar pior".

"O Executivo e este conselho de administração prestaram um mau serviço ao hospital, aos utentes, aos seus profissionais e à saúde no distrito", denuncia o PS/Viseu em comunicado do seu Gabinete de Estudos.

Nos termos do documento, "o Governo quer diminuir o orçamento de 16 milhões de contos para 12,8 e usar o capital do Hospital de S. Teotónio (cerca de oito milhões de contos) como mata-borrão para o buraco orçamental que criou", o que significaria "a ruína" ao fim de três anos.

Neste âmbito, o gabinete de estudos da saúde do PS Viseu apela a tutela para que assuma as suas responsabilidades e "que não venha agora, mais uma vez, com a estafada cassetete do discurso da tanga".

Confusão e incerteza na abertura do ano judicial

As confusões e as incertezas verificadas no início do novo ano judicial, na comarca de Viseu, mereceram também, da parte dos socialistas, fortes críticas.

Desde logo porque as instâncias judiciais não foram preparadas para o uso dos novos meios informáticos ou da Internet.

"Os tribunais não se acham preparados actualmente para esta nova etapa da via electrónica" alerta o PS/Viseu num comunicado em que também avisa que "os funcionários judiciais se queixam de não terem recebido formação adequada para lidar com estas reformas".

Segundo a estrutura distrital do PS, a juntar a esta trapalhada está a entrada em vigor, no passado dia 15 de Setembro, do novo Processo de Acção Executiva, que altera o Código de Processo Executivo, sem ter havido tempo para se estudar e aprofundar as novas normas processuais.

"Reina, pois, a confusão e a incerteza", ate porque "a grande complexidade destas novas matérias exige um estudo atento e atempado", reclama o PS/Viseu, que defende a ideia segundo a qual o bom senso nesta questão mandava que a Reforma do Processo Executivo só vigorasse a partir de Janeiro do próximo ano.

SETÚBAL

CONCELHIA QUESTIONA CONCESSÃO DE SERVIÇO

A Comissão Política do PS/Setúbal solicitou ao Inspeção-Geral Administração do Território que se pronuncie sobre o processo, aprovado pela autarquia, de concessão dos serviços de limpeza pública de quatro freguesias do concelho a uma empresa privada.

Os socialistas sadinos criticam o facto da proposta vencedora ser cerca de 30 por cento mais cara do que a apresentada por outro concorrente, e a adjudicação ter sido aprovada apenas "porque o vencedor alegadamente começará a prestação do serviço oito dias mais cedo".

O presidente da Concelhia de Setúbal, Catarino Costa, considerou que "numa câmara em ruptura financeira, este concurso foi lançado numa fase extremamente duvidosa, uma vez que se trata de um encargo adicional", acrescentando que "nos protocolos de descentralização entre a autarquia e as juntas de freguesia foram disponibilizadas verbas para que estas fizessem admissões a este nível".

SECÇÃO DE CEDOFEITA ELOGIA FORMA DE FAZER OPOSIÇÃO

O Secretariado da Secção de Cedofeita aprovou um documento congratulando-se com "o tom certo" e a "forma segura" que o PS tem encontrado para fazer oposição à coligação governamental de direita.

Os socialistas de Cedofeita defendem ser necessário que "ao nível distrital, concelho a concelho, freguesia a freguesia, lugar a lugar, empresa a empresa, o PS fale com o povo, apresente soluções, critique este desgoverno, esta subserviência e este embuste Durão/Portas".

O PS/Cedofeita sugere ainda que a Federação do Porto promova quinzenalmente conferências de imprensa sobre "assuntos de interesse geral, fazendo crítica analítica e apresentando propostas para a mudança".

SINTRA

REVISÃO DO PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE ESTÁ "VICIADA"

Edite Estrela considera que a revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais está "viciada" porque considera, "não há participação da população no processo de discussão pública, para além de nem estarem previstos mecanismos compensatórios para que os proprietários não sejam prejudicados".

Estas afirmações foram feitas pela ex-autarca, num debate organizado, pelo PS/Sintra, sobre a revisão deste plano, em que participaram especialistas em urbanismo, direito do ordenamento do

território e arquitectura paisagista, com o objectivo de esclarecer a população. Para Edite Estrela, "trata-se de um documento que não é suficientemente rigoroso porque não diz que medidas serão tomadas na prática, como por exemplo, em relação à limpeza das matas, para evitar a deflagração de incêndios, nem de que forma serão retiradas as plantas infestantes".

De acordo com Edite Estrela, as queixas dos moradores do Parque Natural relativamente ao aumento dos limites impostos à construção devem-se ao facto

de não estar prevista na actual revisão a aplicação de mecanismos que permitam indemnizar os proprietários de terrenos que sejam prejudicados.

Também o vereador socialista Rui Pereira criticou o plano de ordenamento agora em discussão, afirmando "estranhar a celeridade com que este plano foi elaborado". Adiantando, no entanto, que o PS "não discute a substância da proposta, mas o modo como ela foi feita, de uma forma agressiva, para com as pessoas que habitam no Parque Natural de Sintra-Cascais".

TAVIRA

JORNADA DE TRABALHO PELO DESENVOLVIMENTO RURAL

A Secção de Tavira do PS realizou, no passado sábado dia 20, uma jornada de trabalho e convívio sobre as questões do desenvolvimento rural e da interioridade, num evento que contou com a presença do presidente do PS/Algarve, Miguel Freitas, de deputados

socialistas na Assembleia da República e de representantes do PS nos órgãos autárquicos do concelho.

No âmbito desta jornada decorreu uma série de reuniões de trabalho com associações locais e concelhias com vista a avaliar as respectivas actividades e as

suas perspectivas de desenvolvimento e dificuldades.

Por outro lado, foi também feito o levantamento dos investimentos públicos concretizados nos últimos anos, procedendo-se ainda a análise das situações das obras e dos projectos em curso.



VILA REAL

SOCIALISTAS EXIGEM COMUNIDADE REGIONAL ALARGADA

Os socialistas de Vila Real defendem que há ainda espaço para a criação de uma comunidade regional que integre os municípios dos distritos de Vila Real, Bragança, Viseu e Guarda.

Na reunião da Comissão Política Distrital, realizada no passado dia 8, a federação vila-realense aprofundou questões relativas a criação de novas comunidades intermunicipais e urbanas, tendo concluído que "o trabalho a desenvolver [nesta área] não pode nem deve ser liderado por quem, nos últimos anos, não tem demonstrado uma preocupação regional". Assim, "é entendimento do PS que os



presidentes dos agrupamentos de municípios do Alto Tâmega, Douro Norte, Douro Sul, Douro Superior, Terra Quente e Terra Fria deveriam ser mobilizadores de qualquer ideia a desenvolver e

encontrar uma proposta concreta de partilha de responsabilidades e oportunidades que garantissem a adesão dos autarcas independentemente das suas origens partidárias".

A distrital do PS/Vila Real voltou a criticar o recente Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro, considerando que este evento mais não foi do que um "espaço evocativo de nostalgias, sobranças e provincianismos serófios, incapazes que foram, os seus principais mentores, de retirarem dele qualquer caminho sério e credível que não fosse um conjunto de textos de reduzida importância prática".

SERPA

ENCERRAMENTO DE ESTAÇÃO DOS CTT PREJUDICA POPULAÇÃO

O PS/Serpa manifestou o seu descontentamento em relação ao encerramento da estação dos CTT no concelho, o que em seu entender constituiria mais um factor de dificuldade para os serpensens devido à eliminação de alguns serviços essenciais e uma "humilhação" para a localidade que em Julho ascendeu à categoria de cidade. Para os socialistas serpensens o Governo

ao permitir o encerramento dos CTT está "a depauperar ainda mais o interior e a contribuir para o aumento do desemprego, que no Alentejo é o mais elevado do país e continua a subir".

Em comunicado o PS/Serpa insta a câmara municipal local "a sair da sua passividade e assumir uma atitude veemente de oposição ao encerramento dos CTT", sublinhando

ainda que "o Executivo camarário tem de estar na primeira linha da defesa dos interesses das populações do concelho".

Os socialistas apelam também aos deputados eleitos pelo distrito de Beja "a interpelarem o Governo sobre a insensatez e injustiça da intenção de encerrar estações dos CTT em Serpa e noutros concelhos".

FRO CRITICA GOVERNO POR ATRASO NA ELABORAÇÃO DO PROT OESTE

A Federação Regional do Oeste do PS criticou o atraso na elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) Oeste, argumentando que os concelhos a norte de Lisboa são prejudicados ao não serem contemplados com investimentos.

O presidente da FRO, José Augusto Carvalho, explica que se "trata de um contrato para o desenvolvimento onde constam equipamentos e infra-estruturas e é incompreensível que o Governo esteja a boicotar a elaboração do PROT Oeste".

"O PROT Oeste foi mandado elaborar em 2002, tendo como prazo de conclusão dois anos e já se passou ano e meio e nada foi feito", lamenta ainda José Augusto Carvalho.

ALENTEJANOS ACUSAM GOVERNO DE NADA FAZER PELA REGIÃO

Os autarcas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre e da zona sul de Setúbal eleitos pelo Partido Socialista estão preocupados com a situação social que se vive no Alentejo, marcada pela falta de iniciativa do Governo, pelo desemprego e pela estagnação económica.

Em comunicado, os autarcas socialistas criticam a actuação do Executivo, nomeadamente na área da protecção da floresta, lembrando que actualmente "se assiste a uma enorme e descontrolada devastação da vegetação, com incidências na fauna e no equilíbrio ecológico".

Por outro lado, dada a importância que a barragem do Alqueva representa para o desenvolvimento de toda aquela região, os socialistas vão promover uma iniciativa com o objectivo de defender o empreendimento em todas as suas componentes.

Em relação ao Congresso do Alentejo, o PS mantém a posição de que "não existem condições para a sua realização em 2003", acrescentando que está disponível para a construção de um novo Fórum dos Alentejanos.



UM PARTIDO MAIS PRÓXIMO DOS NOSSOS SONHOS.

Encomende já.

Comemoramos 30 anos do Partido Socialista.
Comemoramos 30 anos de Democracia.
Descubra fotos e factos que ajudaram a construir a Democracia em Portugal.

FEDERAÇÕES - CONCELHIAS - MILITANTES.
FAÇAM JÁ A ENCOMENDA DOS SEUS EXEMPLARES.

Os pedidos devem ser feitos para:
Telefone: 21 382 20 14
Fax: 21 382 2007
e-mail: gcps@ps.pt
ou directamente na Sede Nacional.

Valores para o Século XXI.

A Declaração de Princípios e Programa do Partido Socialista definem como prioridades da acção política, ao longo da sua história, por um lado, a defesa do nível de vida dos trabalhadores, a defesa dos serviços essenciais e a manutenção do princípio de Portugal no mundo. Recentemente um programa foi tão bem sucedido em tão pouco tempo. Trinta anos depois, os socialistas propõem aos portugueses como pilares da sociedade, na qualidade de vida, na qualidade da economia e na qualidade das intervenções públicas.

A Declaração de Princípios aprovada em 2002 compromete a todos os militantes do partido uma preocupação constante com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos portugueses. A guerra foi a última, ope-

Socialista

MARK KIRKBY AO ACÇÃO SOCIALISTA

A ESQUERDA DEVE APROVEITAR BLOGUES COMO INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO

Os blogues transformaram-se num curto espaço de tempo um dos temas privilegiados de conversa, sobretudo devido a alguns que surgiram no panorama informático com conteúdos que chamaram a atenção. Mais fáceis de criar e de manter do que os *sites*, os blogues existem na chamada blogosfera, onde se têm travado algumas discussões interessantes, sobretudo quando o tema abordado é a política. E também há, como seria de esperar, blogues de esquerda, animados por pessoas ligadas ao Partido Socialista ou que se identificam com as nossas ideias. Para explicar este universo, o "Acção Socialista" falou com Mark Kirkby, chefe de gabinete de Ferro Rodrigues e animador do blogue "O País Relativo". "Os blogues – afirma – são um instrumento de comunicação que a esquerda não deve ignorar, porque são um espaço de liberdade de opinião que pode chegar a um número elevado de pessoas". Além disso, refere ainda, os blogues podem ajudar a romper um certo consenso de direita que existe na imprensa portuguesa. Mas também podem ser utilizados de forma perversa, quando a intenção é contrária à saudável troca de ideias.

O que é que distingue um blogue de uma comum página da Net. Quais são as características de um blogue?

Essencialmente a acessibilidade. O blogue é um formato *on-line*, na Internet, mas que não tem as complicações nem exige quaisquer conhecimentos técnicos, no sentido de pôr os textos *on-line*, e não tem qualquer tipo de custo, porque o suporte do blogue é fornecido gratuitamente pela empresa, pela Blogger neste caso, que gere o formato. No fundo, um blogue, ao contrário de um *site*, que tem um conjunto alargado de conteúdos e que requer uma preocupação gráfica apurada, não é mais do que um jornal de parede electrónico. A única coisa interactiva que tem é a colocação de textos. No fundo, um *site* pode ter uma grande diversidade de conteúdos; um blogue simplesmente alberga pequenos textos que nós vamos pondo ao sabor da nossa vontade.

Isso explica, em parte, a popularidade que os blogues têm atingido tão rapidamente. Porque é que se tornaram populares tão depressa?

Por um lado, tem a ver, obviamente, com a acessibilidade. Não há nenhuma dificuldade prática em ter ou manter um blogue; por outro lado, tem a ver com um fenómeno que a mim me parece evidente, que é o das pessoas gostarem de discutir e dar projecção às suas próprias opiniões e às matérias que os motivam. No meu caso, eu tenho um blogue político, o que me permite extravasar para um formato que tem alguma audiência e dá visibilidade a opiniões que normalmente ficavam confinadas a conversas entre amigos. Tem essa grande virtude. Mas há pessoas que têm blogues das mais diversas temáticas, desde a culinária ao futebol. Essencialmente, são duas as razões que explicam esta proliferação dos blogues. Por um lado, o facto de permitir a democratização da difusão da opinião,



porque os jornais normalmente são muito corporativos e muito fechados no que se refere à difusão de opiniões que não são de pessoas conhecidas. Mas isso não significa que a boa opinião seja necessariamente a das pessoas que já são conhecidas ou dos jornalistas. Portanto, há muita gente que tem em termos políticos uma opinião que é relevante, ideias para discutir, que antes não tinha acesso aos formatos normais da imprensa e que agora consegue através do blogue difundir para a comunidade bloguista e para um conjunto muito alargado de pessoas as suas opiniões. Por outro lado, a própria existência dos blogues potencia o aparecimento de novos blogues, porque eles se alimentam muito da discussão interbloguista. A blogosfera, como se costuma dizer, é muito motivada pela polémica entre os blogues, saudável a maior parte das vezes, e portanto, quantos mais blogues há com opiniões com um determinado sentido, mais popularidade há da própria blogosfera, porque a polémica alimenta-se a si própria, digamos assim.

Portanto, há boas condições para se fazer opinião, neste caso opinião política, através dos blogues, que depois pode extravasar, inclusivamente, para as páginas dos jornais?

Exactamente. O fenómeno que tem sido a blogosfera indica que os blogues com mais visitas são aqueles que pertencem a pessoas que já eram conhecidas. Mas há blogues que fazem o seu caminho a partir do anonimato. Inclusivamente, a blogosfera em Portugal tem criado algumas estrelas, ou seja, personagens mediáticas que surgiram na blogosfera que antes eram ilustres desconhecidos e que, pela notoriedade que atingiram, passaram aos formatos da imprensa escrita, como é o caso do Pedro Mexia e do Pedro Lomba: a partir do momento em que tiveram uma experiência de blogues bem sucedida com a "Coluna Infame", que foi dos primeiros blogues

qualidade e que torna interessante a polémica na blogosfera. Também há, obviamente, blogues de esquerda. Num primeiro momento começou a haver mais blogues de direita e agora há um certo equilíbrio na blogosfera portuguesa.

Isso em certo sentido supre uma carência que existe em Portugal de uma imprensa com identidade ideológica. Ao contrário de outros países em que existe claramente uma imprensa de esquerda e uma imprensa de direita que está identificada, em Portugal isso não existe. De alguma forma os blogues substituem essa falta no nosso panorama jornalístico?

Acho que nesse aspecto é mais transparente. As císões ideológicas são mais marcadas. E isso muitas vezes é redutor, mas não deixa de ser também transparente, e acaba por suprir essa confusão que se gera na imprensa portuguesa, mas que também, e talvez por arrastamento da blogosfera, começa a desvanecer-se um bocadinho. Basta ver os dois jornais diários de referência. O "Diário de Notícias" está hoje com um perfil de direita muito mais definido. Designadamente a partir da Guerra do Golfo, isso tornou-se perfeitamente claro. Quanto ao "Público" parece-me, um jornal mais equilibrado.

Pode identificar alguns blogues de esquerda para as pessoas poderem ter acesso directo a eles?

Há por exemplo, o chamado Blogue de Esquerda, feito por militantes do BE, que foi o primeiro a ter notoriedade e é capaz de ser, pelo facto de ser o mais antigo, o que recebe mais visitas. Há aquele em que eu escrevo, o País Relativo, que é um blogue de pessoas da área do Partido Socialista, ainda que nem todos sejam militantes. Enfim, hoje em dia há vários que começam a surgir e que têm de alguma forma vindo a equilibrar a blogosfera, onde antes predominavam mais os blogues de direita.

Pode-se então dizer que os blogues podem ter uma função política e ajudar a esquerda a afirmar-se e até a passar a sua mensagem de uma maneira, porventura, mais fácil do que conseguem através dos jornais, ou da imprensa em geral?

Sim, nesse aspecto sim. Se bem que não é algo que aproveite mais à esquerda ou à direita, ou seja, a mesma afirmação é válida para a direita, o que se torna claro quando nos apercebemos do número elevado de blogues de direita actualmente existentes.

De uma forma ou outra, a direita já tem um grande controlo sobre a Comunicação Social...

Nenhum partido ou corrente política pode estar desatenta ao fenómeno da blogosfera, mesmo apesar de em Portugal o número de visitas e os cidadãos que directamente consultam os blogues, em termos dos grandes números ser reduzido. Mesmo que não tenha grande expressividade do ponto de vista de quem consulta directamente os blogues,

atendendo às pessoas que neles escrevem e às posições que têm em termos profissionais e em termos de intervenção política, cívica, etc., muitas vezes aquilo que é transmitido nos blogues acaba por ser uma caixa de ressonância para o que se vai discutir na imprensa.

Por outro lado, acho que os blogues são essencialmente um espaço de liberdade. Há uma total liberdade de expressão de opiniões, a que se acrescenta a possibilidade de chegarem a um número consideravelmente elevado de pessoas. Sendo um instrumento de comunicação com estas potencialidades a esquerda não deve ignorá-lo.

Existe a possibilidade de saber qual o número de visitas dos blogues e se recebem alguns comentários?

Sim. É uma grande discussão que há na blogosfera, porque os blogues podem ter ou não comentários. Essa possibilidade está em aberto. A vantagem de poder acolher proporciona mais interactividade, isto é, há um *feed-back* imediato que muitas vezes é entusiasmante relativamente ao que se escreve e ao que dizem sobre isso. No nosso caso, o do "País Relativo", apesar dos riscos a que estamos sujeitos, o balanço é claramente positivo.

É mais transparente do que os blogues anónimos, que se podem prestar a todo o tipo de preverções e manipulações.

Os blogues anónimos são um perigo. É possível pôr *on-line* anonimamente e espalhar calúnias sem que se saiba quem é o autor. É um problema que tem que ser resolvido. Por outro lado, é um problema que também se coloca não só a quem põe *sites on-line*, mas também nos comentários que são reproduzidos. Quando há comentários corre-se o risco de quem comenta os textos poder aproveitar para insultar encoberto pelo anonimato.

É um espaço de liberdade que é também um espaço de imprevisibilidade?

Exactamente, é um espaço que está a criar problemas novos. A história do blogue denominado "muitomentiroso", é um exemplo disso. Há efectivamente um formato que é posto *on-line*, que tem uma elevada visibilidade, que tem um número elevadíssimo de visitas, que pode ter calúnias e ofensas para as mais diversas pessoas, designadamente, figuras públicas, mas sem que possa controlar quem as produz. São novos problemas que vão merecer novas respostas mais tarde ou mais cedo.

BLOGS DE ESQUERDA

www.paisrelativo.blogspot.com
 www.blog-de-esquerda.blogspot.com
 www.a-praia.blogspot.com
 www.cruzescanhoto.blogspot.com
 www.gloriafacil.blogspot.com
 www.linhasdeesquerda.blogspot.com
 www.tervoz.blogspot.com

CONSELHO CONSULTIVO

MULHERES SOCIALISTAS APROVAM MOÇÃO SOBRE DIREITOS DAS CRIANÇAS

O Conselho Consultivo do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas (DNMS) aprovou uma moção sobre pedofilia, maus tratos e direitos e protecção das crianças na sua primeira reunião depois da eleição da nova direcção, presidida pela deputada Sónia Fertzinhos.

Reunidas na sede nacional, no passado dia 20, as dirigentes do DNMS alertaram para o carácter urgente de que se reveste a questão da pedofilia num contexto mais vasto de desrespeito pelos direitos das crianças e dos jovens.

Neste sentido, o Conselho Consultivo das Mulheres do PS aprovou um documento em que considera que o referido "crime hediondo" deve ser "punido com rigor", e que a protecção das crianças e adolescentes abusados deve constituir uma preocupação social prioritária, devendo o Estado ser efectivamente responsabilizado pelos menores à sua guarda.

Ainda sobre esta temática, o DNMS lembrou que Portugal aparece em último lugar no ranking do relatório da UNICEF que analisou a violência sobre as crianças nos países desenvolvidos na década de 90.

Segundo esse levantamento, no nosso país morrem todos os anos 3,7 crianças em cada 100 mil com menos de 15 anos, vítimas de negligência e maus tratos.

"Estes dados espelham bem a urgência de debate e de medidas concretas que permitam trabalhar no sentido da resolução deste problema", defendem as dirigentes do DNMS, que anunciaram para breve a realização de um ciclo de encontros, no sentido de se recolherem contributos e de se preparar propostas concretas para o combate a este flagelo.

Nesta primeira reunião do Conselho Consultivo das mulheres socialistas foi também eleito o Secretariado Executivo do departamento e enunciadas as linhas básicas da acção para os próximos dois anos, durante os quais "será dada prioridade à concertação e ao diálogo no trabalho com as



Sónia Fertzinhos vai levar as federações a discussão do projecto de programa para o DNMS

organizações não-governamentais ligadas à problemática da igualdade de géneros.

Assim, passaram a integrar o Secretariado Nacional do DNMS as camaradas Carla Violante (Coimbra), Maria Lurdes Ruivo (Porto), Ana Paula Costa (Braga), Ana Mascarenhas (Bragança) e Maria Margarida de Freitas (Leiria) e

Luisa Vicente Mendes (Lisboa).

Ficou igualmente decidido que o departamento vai discutir em todas as federações o projecto de programa para os dois anos de mandato, de acordo com o compromisso assumido na campanha de proximidade e envolvimento das militantes nas actividades do DNMS.

GOVERNO QUESTIONADO SOBRE MODERNIZAÇÃO DA LINHA DA BEIRA BAIXA

O deputado socialista Fernando Cabral dirigiu um requerimento ao ministro das Obras Públicas, solicitando informações sobre a fase em que se encontra o projecto de modernização da linha férrea da Beira Baixa.

Fernando Cabral sublinha a importância estratégica da linha da Beira Baixa, dado tratar-se da principal alternativa de ligação à rede transeuropeia ferroviária caso exista algum impedimento da Linha da Beira Alta.



No documento, o parlamentar socialista quer saber se pelo facto do ministro das Obras Públicas, Valente de Oliveira, ter sido substituído no Governo, o projecto de modernização e electrificação será abandonado, e caso não esteja para quando está previsto o arranque das obras

Fernando Cabral questiona ainda o Executivo sobre se está em condições de garantir que a actual circulação se faz em segurança, e se têm sido feitas inspecções regulares às estruturas, não "correndo o risco de um dia se assistir à queda de alguma ponte como tem acontecido com outras estruturas".

PS EXIGE EXPLICAÇÕES SOBRE DESFALQUE NA CÂMARA DE TONDELA

A Concelhia do PS de Tondela exigiu que o presidente da câmara local, Carlos Marta, do PSD, assumia as suas responsabilidades por não ter tomado medidas para evitar o desfalque de mais de 700 mil euros dos cofres da autarquia, alegadamente realizado pela tesoureira principal.

Em conferência de Imprensa, o presidente da Concelhia do PS, Rui Faria, sublinhou que, como a Câmara de Tondela movimentou "milhões e milhões de euros" e "a ocasião faz o ladrão", deveriam ter sido tomadas medidas de segurança.

"O presidente limitou-se a arrumar com as desculpas para a funcionária, não deixando de classificar a senhora como uma boa pessoa, o que de forma nenhuma iliba a responsabilidade do executivo", disse, exigindo que o autarca laranja "venha a público assumir claramente as suas responsabilidades neste processo".

Para os socialistas de Tondela, "é o cúmulo" que fosse a tesoureira a fazer tudo, ou seja, pagamentos, depósitos, requisições de caixa e também a conferir os extractos bancários, sem alguém que verificasse as suas contas. Os socialistas de Tondela estranham também que, nas contas de gerência do ano passado, houvesse um elevado montante em caixa, de mais de 518 mil euros, quando a Câmara "tem seis milhões de contos de dívidas à banca e a fornecedores".

Caro (a) Militante,

Caso exista mais de um Militante na sua residência, por favor avise-nos. Assim, só enviaremos o número de exemplares do 'Acção Socialista' que os militantes considerarem necessário.

Se estiver de acordo, por favor preencha, recorte e envie este cupão para a Sede Nacional do PS.

Desde já, o nosso muito obrigado.

À Direcção do Acção Socialista:

Desejamos receber apenas exemplar(es) do "Acção Socialista" na nossa residência, deixando de receber os exemplares que até agora eram enviados para os militantes abaixo-assinados:

Nome: _____ Militante nº: _____

Nome: _____ Militante nº: _____

Nome: _____ Militante nº: _____

Nome: _____ Militante nº: _____



Acção
Socialista



O BCE PERANTE UM DESAFIO EXIGENTE

Não é mais possível continuar a ignorar que, crescentemente, os cidadãos admitem que o euro tem um custo demasiado elevado para a Europa.

A sucessão do sr. Duisenberg, à frente do BCE, não será uma tarefa fácil.

Em primeiro lugar, porque o actual presidente liderou com sucesso o Banco Central no período de criação da moeda única; em segundo lugar, e, sobretudo, porque começa a ser de todo inadiável a exigência de uma política monetária mais generosa para o crescimento económico.

Nas respostas que deu à Comissão Parlamentar, o sr. Trichet acentuou, entre outros, como princípio fundamental, o realismo e o pragmatismo na tomada em consideração de um ambiente económico e financeiro em mutação muito rápida.

Ora é esse realismo e pragmatismo que se esperam do novo presidente. Os cidadãos europeus reclamam mais crescimento económico e mais emprego; a maioria dos políticos que os representam exigem mais flexibilidade orçamental e compreensão monetária perante a situação de crise económica que a Europa atravessa.

Não ouvir, nem atender, estas preocupações para lá de nada resolver, terá inevitavelmente o efeito de reforçar o descrédito da moeda única e, por arrastamento, o enfraquecimento da adesão dos cidadãos a União Económica e Monetária.

O resultado do referendo na Suécia e as sondagens recentes sobre o nível de adesão dos noruegueses à Europa são um sério aviso.

Não é mais possível continuar a ignorar que, crescentemente, os cidadãos admitem que o euro tem um custo demasiado elevado para a Europa.

O Pacto de Estabilidade e Crescimento, de que a Comissão é guardiã e o Banco Central Europeu feroz defensor, corresponde a uma ideia generosa e fundamental, mas está elaborado de forma deficiente e não permite, hoje, responder positivamente à situação de crise.

Mais importante que o nível do défice é a definição de grandes linhas de orientação para a despesa pública e o Pacto ignora completamente este princípio.

Uma coisa é promover o défice para baixar impostos, o que isoladamente tem uma escassa utilidade económica e gera sempre iniquidades, outra bem diferente é aceitar o défice, como resultado de políticas de investimento verdadeiramente relançadoras da economia.

É certo que os benefícios keynesianos do aumento da despesa pública se esgotam a partir de determinado nível. Mas também é verdade que as sucessivas iniciativas para o crescimento económico que se anunciam, sendo absolutamente indispensáveis para a recuperação, nunca serão possíveis sem o aumento da despesa pública.

Esta nova atitude começa, de resto, a condicionar a política económica da maioria dos países da União Europeia.

É hoje pacífico que a maioria dos países não irá cumprir os seus compromissos em matéria de política orçamental.

A ultrapassagem do limite formal dos 3 por cento só não é mais generalizada, porque alguns desses países utilizam habilidades contabilísticas que o Eurostat tem vindo a aceitar mas que nada contribuem para a criação de condições de confiança junto dos agentes económicos e para a necessária consolidação das finanças públicas.

Infelizmente o nosso país é o campeão das habilidades e a actual ministra das Finanças uma verdadeira mestra nesta matéria.

As reformas estruturais que constituíram a esperança numa recuperação económica sustentada da Europa não têm sido feitas ou têm sido levadas a cabo com demasiada parcimónia.

De resto, os resultados dessas reformas serão sempre diminutas no curto prazo, podendo aliás gerar, no imediato, efeitos contraditórios.

A Estratégia de Lisboa tarda em afirmar-se e consolidar-se e corre o risco de se tornar um chavão utilizado para consumo político sem qualquer vontade de concretização.

E, aliás, muito estranho que tanto se fale, hoje, de iniciativas para o crescimento económico, quando estão ainda muito longe de estar esgotadas as políticas, as reformas e os objectivos que, com esta mesma finalidade, foram definidas em Março de 2000, quando era Presidente do Conselho Europeu, António Guterres.

Exige-se pois ao BCE, nesta fase de sucessão e mudança, que seja capaz de aplicar o realismo e o pragmatismo que o futuro presidente considera necessários, para que a integração europeia no domínio económico, possa prosseguir sustentadamente respondendo aos anseios legítimos de progresso económico e bem-estar social dos cidadãos europeus.



MANUEL DOS SANTOS

Visto de Bruxelas

ANTÓNIO CAMPOS

PORTUGAL DEVIA ADOPTAR O LEMA "ÁREA ARDIDA, ÁREA RECONVERTIDA"

Portugal deveria adoptar o lema "Área ardida, área reconvertida", como forma de abandonar definitivamente a política florestal que tem vindo a substituir as espécies mais resistentes ao fogo por outras que são pasto fácil para as chamas quando as temperaturas sobem, defendeu o eurodeputado António Campos, membro da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu. O eurodeputado interpelou a semana passada a Comissão Europeia, precisamente para a levar a reconhecer que a atitude da União relativamente à floresta tem sido errada, designadamente porque financia sem fiscalizar nem dar orientações.

António Campos pretende saber, relativamente aos últimos dez anos, quais as espécies florestais mais atingidas pelos incêndios, qual a percentagem que representam no conjunto da mancha florestal de cada Estado e qual a dimensão ardida das espécies mais vulneráveis aos incêndios.

Na pergunta que dirigiu à Comissão, o eurodeputado recorda que este ano uma parte do território da União Europeia foi atingida por uma vaga de fogos florestais, que em Portugal atingiram proporções de uma autêntica catástrofe, consumindo uma área superior 400.000 hectares e vitimando 19 pessoas.

Para o eurodeputado, apesar dos últimos Quadros Comunitários de Apoio terem tido verbas que passaram de 60 milhões para 160 milhões de contos, o perfil da nossa floresta não se alterou.



Em vez disso, permitiu-se que as espécies tradicionais, que têm um valor mais alto e são muito mais resistentes ao fogo, como o cavalo, bétula, freixo ou o amieiro, fossem sendo progressivamente substituídas pelo pinheiro e pelo eucalipto, que são facilmente inflamáveis com temperaturas elevadas e atmosfera seca. Estas duas espécies, com um valor económico muito mais baixo, têm, em contrapartida, um crescimento mais rápido, o que desperta os interesses de alguns sectores industriais e leva ao abandono das outras espécies.

E o exemplo vem de alguns países como os Estados Unidos e a Austrália, no primeiro onde está em discussão a

substituição radical do pinheiro, e no segundo, do eucalipto. É que, na opinião do eurodeputado, é absolutamente necessário que se mude a mancha florestal, "porque quem vive actualmente nas regiões do interior do país, é como se estivesse a viver numa caixa de fósforos", devido ao alto grau de combustão daquelas espécies. E, sublinha, os fogos de origem criminosa são apenas 30 por cento. "Trata-se, por isso, de uma incapacidade do Estado e do Governo de pôr ordem na floresta e a consequência disso é que o nosso País é hoje o que mais arde a nível mundial", afirma.

É neste contexto que, segundo o eurodeputado, a pergunta que faz à Comissão constitui também um desafio para Portugal, cujas autoridades deveriam elaborar um estudo sobre as espécies florestais mais atingidas e a percentagem que elas representam no conjunto da mancha florestal. Seria esta a prova final da necessidade de mudar de atitude em relação à floresta portuguesa.

O eurodeputado alerta ainda para o facto do pinheiro e do eucalipto estarem a invadir a mancha florestal portuguesa, com as consequências que estão à vista e prejudicando as zonas de montanha, que em termos europeus são cada vez mais apoiadas.

De referir que na última sessão plenária do Parlamento Europeu foi aprovada uma proposta em que se pede o aumento das verbas para atenuar os enormes prejuízos humanos e materiais causados pelos incêndios.

JOAQUIM VAIRINHOS

POLÍTICA DE COESÃO EUROPEIA DEVE SER MAIS REGIONALIZADA

As políticas regionais e de coesão da União Europeia devem tendencialmente encaminhar-se para a regionalização em termos nacionais, defendeu o eurodeputado Joaquim Vairinhos na última sessão plenária de Estrasburgo, em que foram discutidos dois relatórios de iniciativa sobre as políticas estruturais

e de coesão.

O eurodeputado considerou que "as políticas regional e de coesão desempenham um papel importante na integração europeia e devem tendencialmente encaminhar-se para a sua regionalização".

Neste contexto, manifestou-se contra a

possibilidade de haver uma renacionalização das políticas de coesão económica e social, o que implicaria uma menor atenção da União Europeia ao desenvolvimento sustentável das regiões e das políticas que procuram acabar com o fosso existente entre as mais pobres e as mais ricas.



SUÉCIA REJEITA ADESÃO AO EURO

A Suécia rejeitou por larga maioria a adesão ao euro num referendo que decorreu no meio da consternação geral devido ao bárbaro assassinio da ministra dos Negócios Estrangeiros, Anna Lindt.

Os resultados do referendo deram ao "Não" 56 por cento, contra apenas 42 por cento dos defensores da adopção da moeda que é comum a 11 Estados-membros da União.

O primeiro-ministro, Goran Persson, reconheceu a derrota e o Partido Liberal, na oposição e também pró-euro, considerou que o resultado talvez signifique que a Suécia tenha de esperar mais dez anos até aderir à moeda europeia.

Os meios económicos exprimiram a sua consternação, afirmando que a rejeição do euro implicará uma diminuição da competitividade das empresas suecas.

MANUEL DOS SANTOS

SEGURANÇA SOCIAL PODERÁ ESTAR EM RISCO

A sustentabilidade do sistema de segurança social poderá estar em risco com as "manobras contabilísticas" que o Governo tem vindo a utilizar para tentar equilibrar o défice orçamental em Portugal.

Depois de já terem sido feitos vários alertas pelo Partido Socialista, também agora o eurodeputado Manuel dos Santos interpelou a Comissão Europeia para tentar trazer à luz do dia algumas das consequências negativas que aquelas manobras do Governo do PSD/PP poderão ter para a garantia futura do pagamento de pensões. Com efeito, a transferência do Fundo de Pensões dos CTT, no valor de 930 milhões de euros, irá fragilizar o sistema, deixando de dar garantias de pagamento das pensões no futuro, quer as do regime geral da segurança social, quer as dos trabalhadores daquela empresa do Estado.

"As manobras do Governo para iludir o défice são de tal maneira uma palhaçada que agora o mais preocupante é a sustentabilidade do sistema de segurança social", afirma o eurodeputado. Daí que Manuel dos Santos pretenda saber se o Governo pediu autorização para fazer aquela transferência, e se na justificação se juntou algum parecer da Caixa Geral de Aposentações sobre o impacto a longo prazo que essa operação terá. "É fundamental saber se o Governo tem esse estudo, para todos terem a certeza de que não haverá dificuldades", afirma, acrescentando que faz essa pergunta precisamente por não acreditar que o Executivo tenha tido essa preocupação. Na sua opinião, para o Governo efectuar uma operação daquela natureza, deveria ter assegurado uma provisão financeira equivalente, precisamente para não pôr



em risco o pagamento futuro das pensões. Mas o eurodeputado também não tem grande esperança que a Comissão venha a tomar qualquer posição crítica, na medida em que vive na obsessão de apresentar défices inferiores a 3 por cento na União, "fechando os olhos a todo o tipo de manobras, especialmente àquelas que não servem para a consolidação das contas públicas". Quanto ao valor de 2,944 por cento apresentado pelo Governo a Bruxelas, considera-o "completamente ridículo". Na sua opinião, a política da ministra Manuela Ferreira Leite "é a de quem vier atrás que feche a porta", já que, afirma, o verdadeiro défice este ano será superior a 5 por cento. "Se ao menos essas medidas ainda criassem alguma expectativa aos agentes económicos e proporcionassem o crescimento, mas nem isso", afirma desalentado o eurodeputado, acrescentando

que "no futuro tudo será muito mais difícil, ao contrário daquilo que o Governo tem vindo a propagandear.

Manuel dos Santos refere explicitamente na pergunta que faz à Comissão Europeia que o valor de 2,944 por cento do PIB "apenas pode ser obtido com a contabilização de uma série de receitas extraordinárias não repetíveis", entre as quais se encontram precisamente os 930 milhões do fundo de pensões dos CTT, o equivalente a 0,7 por cento do PIB.

O eurodeputado considera ainda positivo o anunciado plano franco-alemão de relegar para segundo plano o défice e privilegiar o crescimento, colocando o acento tónico no investimento como forma de acelerar a recuperação da economia. Precisamente o contrário do que tem feito em Portugal o Governo do PSD/PP.

P.P.

REUNIÃO EM BOLONHA

SOCIALISTAS EUROPEUS DISCUTEM EUROPA SOCIAL E CIÊNCIA

O reforço da Europa social e o espaço de investigação científica e tecnológica foram dois dos principais temas que estiveram em discussão na reunião que na semana passada o Grupo Socialista do Parlamento Europeu teve em Bolonha e que contou com a presença do presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, e com os comissários Philippe Busquin e Anna Diamantopoulou, responsáveis pela investigação e pelo emprego.

O presidente da delegação portuguesa, Carlos Lage, considerou estes temas essenciais para o futuro da União, que deve ser cada vez mais inclusiva e apostar nas orientações da "Estratégia de Lisboa", para criar mais emprego e reforçar as qualificações dos europeus no domínio das novas tecnologias.

"Para a Europa ser competitiva terá de levar em conta o desenvolvimento científico e tecnológico, mas de forma a reforçar a coesão e o modelo social europeu e não ir contra ele", defendeu o eurodeputado.

Carlos Lage revelou também que Romano Prodi apresentou na sua intervenção um "quase programa" de candidatura às próximas legislativas pela coligação do centro-esquerda, hipótese considerada plausível pelos socialistas italianos.

O Grupo Socialista Europeu manteve contactos com os líderes do Partido da Esquerda Italiana, designadamente com o seu secretário-geral, Piero Fassino.

A reunião do Grupo Socialista destinou-se também a preparar a próxima sessão plenária de Estrasburgo.

PE CONDENA ATENTADO À BOMBA EM BOMBAIM



Os atentados terroristas que ocorreram em Bombaim no passado dia 25 de Agosto, provocando a morte e o ferimento de inúmeros civis, foram condenados na última sessão plenária do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, numa resolução apresentada pela eurodeputada socialista Maria Carrilho.

A eurodeputada, que é presidente da Delegação do PE para as Relações com a Índia e os Países da Ásia do Sul, considera na resolução que ataques daquele tipo "devem ser combatidos energeticamente em qualquer parte do mundo onde possam ter lugar".

O texto apela ainda para a continuação dos esforços de paz na região, sobretudo ao nível dos entendimentos entre a Índia e o Paquistão.

GONZÁLEZ NA CASA-MUSEU JOÃO SOARES

FALTA VONTADE E INICIATIVA À EUROPA

No segundo aniversário do ataque terrorista ao World Trade Center, Felipe González fez uma análise muito pessimista do estado do mundo, manifestou-se preocupado com o futuro da Europa e com a estratégia de combate ao terrorismo.

O antigo primeiro-ministro espanhol, que falava em Cortes, Leiria, numa sessão sobre "Portugal, a Espanha e a Europa face à nova situação mundial", promovida pela Liga de Amigos da Casa-Museu João Soares, criticou a estratégia de combate ao terrorismo seguida pela Administração Bush. "Há uma ameaça real que é o terrorismo internacional, mas não sabemos definir com precisão em que consiste essa ameaça", disse, acrescentando estar

convicto de que "o Governo dos Estados Unidos está enganado quanto ao problema do terrorismo".

Perante uma plateia constituída por personalidades da política nacional, entre as quais Mário Soares e Ferro Rodrigues, o antigo líder do PSOE falou com pessimismo do estado da União Europeia. "Houve muitas vítimas do 11 de Setembro. A primeira foi a construção europeia com a grande divisão que houve na Europa", disse, referindo estar "preocupado com a perda de influência" do Velho Continente.

"A única coisa que não se definiu na discussão da Constituição foi o poder que queremos para a União, pois apenas estivemos preocupados com a divisão do poder. Temos que decidir que tipo de Europa queremos e não se vamos perder os fundos estruturais, disse.

Na sua palestra, Felipe González criticou ainda a ausência de iniciativa da União Europeia, onde disse não

encontrar líderes capazes de elevar a Europa neste mundo de insegurança. "Na Europa compreende-se o desafio que se tem pela frente, falta é vontade", disse.

Também o processo de adesão de dez novos países à UE foi alvo de críticas de Felipe González. "Na Europa cada um rema por si. Uns vão mais à frente e outros ficam para trás. Não se pode preparar o alargamento sem se definir o que realmente se quer. Vamos ver um espectáculo incrível. Os países menos desenvolvidos a financiar os fundos estruturais para os países que vão entrar", disse.

No actual quadro de "desordem internacional", o ex-primeiro-ministro espanhol defendeu que a ONU, apesar de admitir falhas na organização, "é o único instrumento que poderá construir um novo cenário na ordem internacional", adiantando ainda que o "direito internacional é o único que nos pode proteger".

ANA GOMES

GUINÉ-BISSAU DEVE SER PRESSIONADA PARA REALIZAR ELEIÇÕES LIVRES

A Internacional Socialista deveria enviar urgentemente uma missão à Guiné-Bissau para "avaliar a situação e levar uma mensagem forte sobre a necessidade premente da realização de eleições", defendeu a responsável pelas Relações Internacionais do PS Ana Gomes, que participou no Benin numa reunião do Comité África daquela organização presidida por António Guterres.

Por outro lado, o Partido Socialista afirmou em comunicado que está a acompanhar com preocupação a evolução da situação na Guiné-Bissau e que já antes do golpe de Estado não se vivia uma situação de legalidade democrática.

"A aspiração de todos é a realização de eleições de cujos resultados possam sair soluções para desbloquear o impasse político", afirma o comunicado, que considera que essa seria a única forma do país se dotar de instituições democráticas eficazes e legítimas.

O PS tem prevista uma visita à Guiné-Bissau para o final de Outubro, para efectuar contactos com as várias forças da sociedade civil e apoiar o estabelecimento da normalidade institucional e democrática.

ENTRE CILA E CARÍBDIS

Pode dizer-se que uma das facetas mais talentosas do PSD [...] é a sua capacidade de branquear-se das responsabilidades das suas políticas conservadoras e, sobretudo, do estado lastimoso em que costuma deixar o País após as suas experiências governamentais.

Por vezes, certas constatações, se bem que formalmente correctas, podem induzir em erro os mais incautos. Refiro-me às críticas à "indiferença" de Durão Barroso perante "o excessivo peso da direita radical" na coligação que suporta o Executivo. Resta saber, antes de tudo, se a "indiferença" do primeiro-ministro faz parte de uma deliberada estratégia política ou se é apenas fruto de uma "distracção" perfeitamente admissível por quem assumo o "fardo da governação" e se encontra demasiado ocupado para se preocupar com questões "secundárias". Não é difícil de concluir que esta segunda alternativa é apenas

JOAQUIM JORGE VEIGUINHA

a imagem que a propaganda oficial quer transmitir para a opinião pública: a imagem de um primeiro-ministro dinâmico que não hesita em sacrificar o *accessório ao essencial* em nome da "estabilidade política".

Resta-nos, por conseguinte, a primeira alternativa. Pode dizer-se que uma das facetas mais talentosas do PSD, num país de débil opinião pública e de muito fraca memória política, é a sua capacidade de branquear-se das responsabilidades das suas políticas conservadoras e, sobretudo, do estado lastimoso em que costuma deixar o país após as suas experiências governamentais. Basta pensar como o primeiro Governo de Cavaco Silva conseguiu magistralmente não só demarcar-se das políticas catastróficas dos governos da Aliança Democrática, como também das medidas que o Governo do Bloco Central foi obrigado a tomar para cumprir o plano de estabilização da economia negociado com o FMI.

Mais uma vez, o PSD aplica a sua estratégia preferida, precisamente num período em que a crise económica e social em que o país está mergulhado se agrava. Esta estratégia, apesar de se revelar sempre igual a si própria, é sempre acompanhada de uma grande "elasticidade" tática. Nas actuais circunstâncias interessa sobremaneira ao PSD jogar em dois tabuleiros: por um lado, reafirmar que a coligação governamental continua sólida perante os "ataques" de uma oposição "irresponsável" que, maquiavelica e malignamente, apenas se preocupa em "dividir os portugueses"; por outro lado, perante as medidas extraordinariamente gravosas para o mundo do trabalho que provêm do ministério do "humanista" Bagão Félix ou os acessos de xenofobia de Paulo Portas, importa dar a entender que tal não constitui uma questão essencial perante a magna e grandiosa tarefa de construção do país em que o PSD afirma estar empenhado. Eis como se prepara o branqueamento futuro das responsabilidades do maior partido da direita portuguesa: se o CDS/PP se tornar prescindível para formar governo em eleições posteriores, os "ideólogos" do PSD sempre poderão argumentar que as medidas mais "impopulares" deste Executivo foram tomadas por ministros do CDS/PP, medidas que o partido laranja foi obrigado a "digerir" em nome do "interesse nacional" e da preservação da sacrossanta "estabilidade política".

Exemplo fidedigno desta estratégia foram as recentes "posturas" do PSD perante as afirmações de Paulo Portas de que os "imigrantes estão a tirar trabalho aos portugueses". A indignação de Pacheco Pereira, que acusou o ministro da Defesa de "ter copiado" os argumentos de Le Pen, bem como a afirmação do secretário adjunto do ministro da Presidência, Feliciano Barreiras Duarte, de que a visão de Portas era "demagógica e extremista", não podem ser separadas dos "desmentidos" que, um dia mais tarde, o porta-voz do PSD, foi encarregado de divulgar: que a coligação governamental se encontrava "unida" e que as afirmações de Feliciano Barreiras Duarte exprimiam apenas a sua posição "pessoal" e não a do partido. De resto, a indignação de Pacheco Pereira e as críticas de Feliciano Barreiras Duarte não podem fazer esquecer que o PSD aprovou, sem pestanejar, uma lei que estabelece quotas para a entrada de imigrantes, projecto que tinha sido um dos temas de cabeceira do PP durante a campanha eleitoral. Deste modo, mais uma vez, os "estados de alma" daquelas duas figuras do PSD foram sacrificados à preservação do *essencial*, ou seja, à manutenção do poder *tout court*.

Em suma, a diferença entre PSD e CDS/PP é apenas de grau e não de natureza. A responsabilidade pelo facto de Portugal ter tido a maior taxa de aumento do desemprego na União Europeia e do FMI ter previsto uma taxa de crescimento de -0,8% em 2003, também a mais baixa da Europa comunitária, são da exclusiva responsabilidade da coligação governamental. Como também são da sua exclusiva responsabilidade a façanha de transformar uma crise orçamental em crise económica, de ter contribuído para precarizar as condições de existência dos cidadãos de menores recursos, de ter desinvestido na cultura e na educação e de ter subordinado o que designa por "interesses nacionais" aos interesses de restritas oligarquias económicas e financeiras em detrimento de todos. É justamente por isso que o PSD está para o CDS/PP como Cila está para Caríbdis.

Opinião



JORNADAS PARLAMENTARES DO PS/PORTO

SOCIALISTAS EXIGEM MEDIDAS PARA TRAVAR DESEMPREGO

As responsabilidades da política económica do Governo na elevada taxa de desemprego que afecta o distrito do Porto, bem como o "silêncio incompreensível" da Junta Metropolitana face a uma das maiores crises de sempre na região, marcaram as intervenções de António Costa e Francisco Assis nas Jornadas Parlamentares do PS/Porto, que decorreram no passado fim-de-semana.

António Costa, presidente da bancada socialista, a quem coube abrir os trabalhos das Jornadas Parlamentares, fez uma intervenção centrada no aumento exponencial do desemprego no distrito do Porto, que considerou ser um "sinal dramático" da depressão em que o País se encontra mergulhado.

E, nesse âmbito, sublinhou que os números do desemprego cresceram 43 por cento desde que o actual Governo tomou posse. E a taxa do mês passado, acusou ainda, revela um aumento de 26 por cento relativamente ao mês homólogo de 2002, quando, frisou, "Agosto é sempre um mês de queda no desemprego".

Face a este quadro negro, António Costa defendeu que, "agora mais do que nunca", é fundamental "um PS forte, mobilizado e capaz de contactar com a sociedade e de lhe transmitir que é possível outra política". Em relação à interpelação que o PS vai fazer ao Governo no Parlamento sobre a política económica, António Costa sublinhou que esta iniciativa foi agendada



"com suficiente antecedência" relativamente à apresentação do Orçamento de Estado, para "dar tempo" ao Executivo de aproveitar as sugestões do PS.

Onde para a Junta Metropolitana do Porto?

Por sua vez, no encerramento das Jornadas Parlamentares, o presidente da Federação, Francisco Assis, criticou o silêncio da Junta Metropolitana do Porto (JMP), considerando "incompreensível" que num momento em que a região atravessa uma das suas maiores crises os seus principais agentes políticos estejam calados.

Lembrando que um em cada cinco portugueses desempregados reside na Área Metropolitana do Porto, Assis questionou: "Numa altura em que isto acontece onde está a voz da JMP. O que tem a JMP a dizer, a propor no sentido de combater esta situação, de exigir a adopção de medidas excepcionais como aqueles que noutros momentos históricos foram aplicadas noutras regiões do país que se confrontaram com situações idênticas?".

Neste contexto, Assis considerou que o actual modelo de organização

metropolitana está "esgotado" e que "a inexistência de qualquer actuação é o resultado da profunda impreparação de quem actualmente dirige estes órgãos, mas também nalguma inadequação dos próprio modelo dos órgãos para enfrentar esta nova realidade".

Defendeu, por isso, a alteração do modelo de organização a ser substituído por "uma verdadeira instância metropolitana com uma legitimidade democrática própria, com capacidade para falar e para mobilizar as várias vontades da região e capaz de negociar ao nível central os apoios que são necessários para contrariar toda a situação".

Nesta perspectiva, acrescentou, "vamos promover antes da discussão na Assembleia da República do Orçamento de Estado um conjunto de audições com diversas personalidades da região para fazermos um diagnóstico mais exacto desta situação tendo em vista a adopção das propostas políticas mais adequadas". O objectivo, adiantou, é apresentar, aquando da discussão do Orçamento de Estado, "uma espécie de contrato de futuro para esta região".

Já Augusto Santos Silva, outro dos intervenientes nas jornadas, afirmou-se preocupado com a duplicação do número de professores desempregados, e alertou para o facto do desemprego começar também a atingir as áreas tecnológicas e da saúde.

Destaque ainda nestas jornadas, para as visitas que os deputados socialistas efectuaram à Siemens, à Associação Empresarial de Portugal e ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, com o objectivo de dialogarem com os responsáveis para assim obterem um conhecimento ainda mais detalhado da situação económico-social do distrito.

AGENDA PS

SECRETÁRIO-GERAL

Dia 25 de Setembro, 16h30 – Ferro Rodrigues recebe em audiência o presidente da UNITA, Isaias Samakava.

Dia 5 de Outubro - O secretário-geral está presente em Alenquer no habitual jantar comemorativo da implantação da República.

SECRETARIADO NACIONAL

Dia 25 de Setembro, 18h30 – Reunião do Secretariado Nacional.

COMISSÃO POLÍTICA

Dia 30 de Setembro, 21h30 – Reunião da Comissão Política.

FEDERAÇÕES

VISEU

Dia 29 de Setembro, 18horas – Reunião da Federação Distrital, que terá lugar em Tondela.

FRO

Dias 26 de Setembro – José Sócrates é o moderador de um debate organizado pela Federação Distrital sobre "A Exigência de Elaboração do PROT Oeste", em Torres Vedras.

Dias 27 de Setembro – Também em Torres Vedras realiza-se um debate sobre "As Infra-estruturas e os equipamentos que não podemos ver adiados", que

tem como moderador João Cravinho.

CONCELHIAS

LOULÉ

Dia 27 de Setembro – 21h30 – Realiza-se um colóquio subordinado ao tema "Justiça e Cidadania", na sala da Assembleia Municipal em Loulé.

GRUPO PARLAMENTAR

Dia 24 de Setembro – Por iniciativa do Grupo Parlamentar do PS, a Assembleia da República debate um projecto de lei relativo à fixação de um número mínimo de horas de música portuguesa a passar nas rádios nacionais.

Dia 26 de Setembro – Por iniciativa da bancada parlamentar socialista tem lugar o debate sobre o Estatuto do Agente de Cooperação dos Países Lusófonos.

Dia 2 de Outubro – O GP/PS interpela o Governo sobre política económica e social englobada no tema "O País está Parado".

CORRENTE DOS SINDICALISTAS SOCIALISTAS DA CGTP-IP

Dias 4 e 5 de Outubro – Realiza-se o II Plenário da corrente, que terá lugar no Inatel, em Oeiras. Como convidados estarão presentes Vieira da Silva, Rui Cunha, Augusto Santos Silva e António José Seguro, entre outros.

ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

PROJECTO DO PS
ALARGA AUTONOMIA

O PS apresentou publicamente um projecto de lei que visa alargar o âmbito da autonomia dos estabelecimentos de ensino superior público.

Segundo o diploma, alarga-se a autonomia, em todas as suas dimensões, ao ensino politécnico, clarifica-se a extensão da autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e introduz-se, como contrapartida da autonomia, a obrigação de as instituições prestarem publicamente contas e divulgarem regularmente os resultados das suas actividades e os seus planos de desenvolvimento. Os socialistas propõem ainda a flexibilização dos sistemas de governo e gestão das instituições, desde que respeitem um quadro de princípios e regras gerais.

O projecto de lei dos socialistas, que leva a assinatura dos deputados Augusto Santos Silva, Luís Fagundes Duarte e Jâmil Madeira, obriga à presença de representantes de interesses externos às instituições, no colégio eleitoral de reitores ou presidentes e nos senados ou conselhos gerais. Por outro lado, impõe-se que os representantes dos docentes nos órgãos colegiais possam ser em número inferior à soma dos representantes, dos corpos discente e de funcionários, e reforça os poderes de direcção executiva, seja do reitor de uma universidade, do presidente de um instituto politécnico ou de um director de escola, além de alargar o âmbito dos



poderes dos conselhos pedagógicos, compostos paritariamente por representantes de professores e alunos. Quanto às principais diferenças face à proposta de lei do Governo, de destacar que o diploma socialista clarifica o desenvolvimento das autonomias administrativa, financeira e patrimonial, obriga à representação dos interesses externos e estabelece que o reitor ou

presidente sejam membros da universidade ou politécnico.

O projecto de lei do PS impõe ainda a existência de um órgão colegial de direcção estratégica, senado ou conselho geral, bem como um conselho directivo em cada escola, com representação dos vários corpos. O diploma do PS reforça ainda os poderes dos Conselhos Pedagógicos.

ABERTURA DO ANO ESCOLAR

PS DENUNCIA DESERTO
DE POLÍTICAS EDUCATIVAS

"Sem rei nem roque", o ano escolar começou "muito mal, num deserto de políticas educativas", denunciou, no passado dia 16, em conferência de imprensa, a porta-voz socialista para as questões da Educação, Ana Benavente. Para a deputada do PS, a cerimónia de abertura das aulas não passou de um mero acto de "faz de conta" onde foram "apregoadas banalidades".

"Tanto o senhor primeiro-ministro como o ministro da Educação limitaram-se a anunciar medidas há muito em curso (computadores nas salas de aula, encerramento de escolas do 1º ciclo)", observou, criticando de seguida o que classificou como um "silêncio ruidoso nas políticas para a qualidade educativa". "Nada se disse sobre como resolver o abandono e o insucesso escolar ou sobre a reforma do ensino secundário e a educação de adultos", apontou, considerando ainda que "o atraso e os erros no concurso de professores atrasaram numa semana a preparação do ano lectivo nas escolas", tendo isto como consequência que "muitas tenham iniciado apenas actividades de recepção aos alunos e outras só as pudessem iniciar entre 19 e 22 de Setembro".

"Não basta colocar os professores nas

escolas, é preciso fazê-lo bem", observou Ana Benavente que, ao referir-se ao ensino secundário, criticou também o facto do ano lectivo ter começado com os novos programas elaborados para a revisão curricular que o governo suspendeu.

Outro ponto preocupante, segundo a deputada, é a possibilidade de existirem mudanças, já durante as aulas, de docentes que estão mal colocados, uma situação que deriva, recordou, da falta de atenção e de resposta em tempo útil das reclamações que deram entrada no Ministério da Educação.

Com o lema "menos alunos, menos professores", o ministro "não pode condenar Portugal a uma educação empobrecida", defendeu a dirigente socialista, para depois garantir que o PS vai apresentar propostas detalhadas neste sentido, no âmbito da discussão parlamentar sobre o Orçamento de Estado 2004.

Ana Benavente acusou a tutela de se encontrar dispersa em medidas avulsas e preocupantes, tendo exemplificado com "os agrupamentos à força, juntando escolas à régua e esquadro, com condições pedagógicas nem recursos materiais, são os Conselhos Municipais

de Educação, tornados órgãos burocráticos".

A parlamentar socialista manifestou ainda a preocupação do PS pelo constante avolumar do desemprego entre os jovens qualificados (mais de 30 mil), denunciando o habitual "lavar das mãos" da tutela, que demonstra "uma total inexistência de políticas sociais articuladas".

Neste contexto, os socialistas defendem que é urgente assegurar aos jovens licenciados que se encontram em situação de desemprego uma actividade no mercado de trabalho que reforce a sua orientação profissional, lhes garanta formação adicional e apoie a sua transição para a vida activa pelo que, segundo a deputada, deverão ser entregues propostas para esta área, no quadro do próximo debate orçamental. O caso concreto da Escola da Ponte, em Vila de Alves, mereceu a atenção dos socialistas, que acusaram o ministro da Educação e o seu "único secretário de Estado visível" de "não respeitar a palavra dada", uma vez que, após uma avaliação positiva do projecto ali desenvolvido, "não foram consequentes com as promessas".

MARY RODRIGUES

Pelourinho
da República

VERÃO 2003

«Considera-se um político?»

Pergunta do DNA a Bagão Felix, 2 de Agosto

«Não! Graças a Deus não!»

Resposta de Bagão Felix

«Há muita gente que à medida que vai tendo mais dinheiro vai tendo mais infelicidade.»

Idem

«O Acontece era uma fonte de referência quer de um tipo de jornalismo quer para os referentes do programa (...) Não haverá mais Acontece. Eu já morri na praça pública, já fui chorado, não fazia sentido, amanhã, depois de morto, voltar a dizer boa noite ao país.»

Carlos Pinto Coelho, Pública, 18 de Agosto

«O casamento entre Durão e Portas tornou-se uma daquelas uniões pouco excitantes mas estáveis, feitas de um par em que ele parece que nunca vai ter coragem de romper a relação porque tem medo de ficar sozinho e ela vai manter-se a seu lado até poder porque conseguiu um estatuto social a que nunca poderia almejar sem o casamento.»

Paulo Gaião, Semanário, 5 de Setembro

«É por Durão ser primeiro-ministro que Portas é ministro. Se estivéssemos no século XIX, é por Durão ser visconde em S. Bento que Portas assina por viscondessa no Forte de S. Julião da Barra [...] O casal tem perfeita consciência do que cada um pode dar e receber: o papel de Porta é ser fiel e o de Durão é atestar que o líder do PP não é o doidivanas de antigamente.»

Idem

«Os imigrantes são seres humanos como nós. Mas perante um país que tem dificuldades financeiras e o desemprego a subir, a quota de imigração deve ser reduzida. Devemos dar trabalho aos portugueses em primeiro lugar.»

Paulo Portas na reentré do CDS

«O que diriam de nós se aparecesse aí alguém a vender t-shirts com o Hitler ou mesmo o Salazar?»

João Almeida, deputado do CDS, Pública, 15 de Setembro

«Temos a História a nosso favor.»

Telmo Correia, idem

«A catilinária contra a imigração do dr. Portas nada tem a ver com o emprego. Tem a ver com um Portugal limpo de imigrantes, e por isso acaba por resultar num discurso contra os imigrantes, tão pouco português que carece de sentido. É copiado da vulgata de Le Pen, do pior que há, e escolhido, não porque constitua qualquer preocupação dos portugueses, mesmo dos da direita, mas apenas porque o dr. Portas não pode falar de quase coisa nenhuma e ele não quer ficar calado.»

Pacheco Pereira, Abrupto, 14 de Setembro

"Não se deve gastar dinheiro para publicitar as actividades normais da Câmara Municipal de Lisboa. É como se as empregadas de limpeza da Câmara deixassem bilhetes nos gabinetes dos vereadores: já reparou como o seu gabinete está limpo?"

Pacheco Pereira, SIC, 21 de Setembro

ABRANTES**AUTARQUIA AVANÇA
COM PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

A Câmara Municipal de Abrantes e a Nersant (Associação Empresarial da Região de Santarém) estão a criar no parque industrial local um parque de ciência e tecnologia, denominado TejoValle.

Para o presidente da autarquia socialista, Nelson de Carvalho "a intenção da criação do TejoValley é sobretudo a formação de um ninho para novas empresas, a ser gerido pela Nersant, capaz de criar serviços de apoio à inovação tecnológica e à internacionalização de novas empresas na fase inicial da sua vida".

O novo parque é uma forma de qualificar o território, através da criação de pólos



de formação profissional e laboratórios "capazes de promover a qualidade e a certificação das empresas", afirma o presidente de executivo de Abrantes,

Nelson de Carvalho.

Este investimento com características marcadamente tecnológicas, vai fazer parte do parque industrial de Abrantes, o que, segundo o edil, "é a forma da autarquia potenciar as grandes vantagens em termos de acessibilidades do parque industrial local sendo também um desafio lançado às empresas quer do concelho quer de outras proveniências".

"O TejoValley vai não só aproveitar o 'know-how' da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes como garantirá posteriormente saídas profissionais aos seus alunos", acrescentou o autarca.

PORTIMÃO**GABINETE INTERMUNICIPAL
DE APOIO À FLORESTA VAI AVANÇAR**

A Câmara de Portimão aprovou a criação de um Gabinete Intermunicipal da Bacia do Arade para apoio à floresta, uma sugestão da Associação dos Produtores Florestais do Barlavento Algarvio.

O presidente da Câmara Municipal de Portimão, Manuel da Luz, afirmou que o Executivo camarário "concordou plenamente com a sugestão, pois os problemas de apoio à floresta devem ser vistos numa perspectiva integrada com todos os agentes com respon-



sabilidade na área florestal".

A criação deste gabinete surge na sequência da grave situação que os associados estão a enfrentar em virtude dos incêndios que afectaram a região no passado mês de Agosto ficando ainda responsável pela elaboração de Planos Municipais de Intervenção Florestal, pela criação de brigadas de sapedores florestais com carácter permanente e pela condução/implementação de projectos plurianuais de defesa da floresta.

LEIRIA**PS VOTA CONTRA IMPOSTO MUNICIPAL**

O Partido Socialista e a restante oposição da Câmara Municipal de Leiria vai votar contra a decisão da maioria PSD de manter a derrama municipal nos dez por cento sobre o IRC das empresas.

Para o vereador socialista José Manuel

Silva, "o imposto municipal deveria ser aplicado integralmente nas despesas dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento, apoiando os investimentos nas redes de saneamento e na distribuição de água".

Perante a recusa da maioria PSD, os socialistas vão votar contra o imposto, uma vez que consideram que essa verba não deveria entrar nas despesas de funcionamento da autarquia, adiantou o vereador socialista.

LOURES**PROJECTO
AUTÁRQUICO
OCUPA JOVENS**

Investir no futuro e proporcionar aos jovens o primeiro contacto com o mundo do trabalho são objectivos do projecto "Jovens ao serviço da autarquia", desenvolvido pela Câmara Municipal de Loures. Esta iniciativa da autarquia socialista implicou uma verba de 40 mil euros e teve grande aceitação por parte da juventude local, como demonstram as 200 candidaturas apresentadas, para apenas 80 lugares.

Perante o sucesso do projecto, a câmara municipal pretende "alargar o seu âmbito no próximo ano envolvendo toda a comunidade, nomeadamente o tecido empresarial concelhio".

MARINHA GRANDE**MUNICÍPIO
PREVINE
CHEIAS**

O município da Marinha Grande iniciou os trabalhos de limpeza de valas como forma de prevenção para as cheias, antecipando desta forma eventuais problemas no próximo Inverno.

"Esta é uma tarefa que agarrámos há três anos", refere a autarquia, adiantando que, "desde então, não se registaram inundações, apenas alguns casos pontuais, sem graves consequências".

A limpeza da vegetação dos leitos de valas teve início em Julho, na freguesia de Vieira de Leiria, continuou em Agosto na Marinha Grande e irá terminar este mês na Moita.

AMADORA**CÂMARA AJUDA
VÍTIMAS
DE VIOLÊNCIA
FAMILIAR**

O concelho da Amadora dispõe desde a semana passada de um Serviço de Informação e Acompanhamento a Vítimas de Violência Familiar.

Este projecto resulta de uma parceria entre a autarquia socialista e o Centro de Estudos para a Intervenção Social, entidade com a qual a câmara tem vindo a desenvolver algumas iniciativas nesta área.

O novo serviço funciona na freguesia da Damaia, de segunda a sexta-feira, entre as 14 e as 17 horas.

ÉVORA**CIDADE COMEMORA DIA EUROPEU
SEM CARROS**

No âmbito do Dia Europeu sem Carros, que se comemorou na passada segunda-feira, a Câmara Municipal de Évora encerrou ao trânsito a zona envolvente do Templo de Diana, ficando desde esta data, o local reservado à circulação pedonal.

Com o lema "em Évora damos prioridade às pessoas", o município

organizou ao longo desse dia várias actividades de animação sociocultural e desportivas abertas à população.

A autarquia liderada pelo socialista José Ernesto Oliveira promete prosseguir com este tipo de iniciativas com o objectivo de melhorar as acessibilidades e recuperar e requalificar os espaços públicos.

BARREIRO**AUTARQUIA ENVIA MATERIAL ESCOLAR
PARA TIMOR-LESTE**

A Câmara Municipal do Barreiro promove, de 15 a 30 deste mês, uma campanha de recolha de material escolar, como livros, cadernos, lápis, borrachas, canetas e papel, para enviar para Timor-Leste. Durante estas duas semanas, o material da campanha "Barreiro Solidário com Timor" poderá ser entregue nas escolas

do concelho, juntas de freguesia e biblioteca municipal e, nos dias 20 e 27, também nos mercados do Lavradio e Santo André e junto à estátua Alfredo da Silva.

Depois de recolhido o material, este será enviado para as escolas timorenses com mais necessidades.

ODEMIRA**MUNICÍPIO ASSOCIA-SE ÀS JORNADAS
EUROPEIAS DO PATRIMÓNIO**

A Câmara Municipal de Odemira vai mais uma vez associar-se às Jornadas Europeias do Património, que se assinalam a 28 de Setembro, promovendo um encontro dedicado às mais recentes escavações arqueológicas no concelho. Tendo em conta os achados no Cine-Teatro Odemirense e "outras situações delectadas na zona antiga de Odemira", assim como "o que resta do antigo Castelo e muralhas que defendiam a vila",

levaram a autarquia socialista a considerar "pertinente" a organização do evento.

De acordo com o município, as escavações permitiram encontrar materiais da Idade do Ferro e do período romano, dos quais se destacam "inúmeras ânforas produzidas no Mediterrâneo Ocidental, o que documenta a importação de produtos como azeite, vinho e conservas de pescado".

ALCOCHETE**ALUNOS CARENCIADOS
RECEBEM APOIO**

A Câmara Municipal de Alcochete vai atribuir uma verba de 12,2 mil euros aos jardins-de-infância e escolas básicas do concelho, para apoiar alunos carenciados, na alimentação e na aquisição de livros escolares. Segundo a autarquia socialista, esta verba destinada aos estabelecimentos

de ensino, visa também a aquisição de material de apoio às actividades escolares e à própria manutenção dos edifícios.

A edilidade informa ainda que esta verba é a primeira tranche do subsídio, que será atribuído em mais duas outras, no início de cada período escolar.

SANTO TIRSO**EDILIDADE APOSTA NA EQUIDADE FISCAL**

Com o objectivo de servir com maior celeridade os municípios de Santo Tirso, a autarquia local criou um novo serviço destinado exclusivamente ao controlo de todos os actos notariais.

Em comunicado, a autarquia socialista esclarece que "não está interessada e nem pretende exercer o direito de preferência, mas sim dar maior

transparência aos critérios de avaliação e de declaração dos valores reais adstritos às transmissões de imóveis".

A Câmara Municipal propõe-se com este novo serviço, ser o mais criteriosa possível na análise dos casos mais problemáticos, ora procedendo às respectivas reavaliações ora promovendo a regularização das situações menos claras.

OS "TANGAS BOYS"

Um dos grandes chavões da actual coligação governamental quando chegou ao poder foi proclamar aos quatro cantos do país que a nação estava de "tanga".

Assumidamente, o discurso da tanga do primeiro-ministro criou imediatamente uma brusca e acentuada quebra de confiança nos consumidores e no povo português, que ainda há pouco tempo tinha sufragado um novo Governo.

É claro que uma afirmação deste calibre tinha e ainda tem um claro e indiscutível objectivo político de falsear e denegrir ao máximo a imagem do País no exterior e de amedrontar a vida aos cidadãos. Afinal de contas, a proclamação da tão famigerada tanga à portuguesa teve como resultado um extraordinário crescimento do desemprego, em especial nos jovens e nas mulheres, aproximando-se a passos largos, infelizmente neste caso, da taxa média de desemprego da União Europeia. O Governo faltou completamente em relação às promessas eleitorais, quanto ao aumento das pensões mínimas, ou seja, dar mais a quem precisa mais, dificulta cada vez mais a vida aos jovens, com a anulação do crédito bonificado para aquisição habitação própria, às associações juvenis que são uma fonte de dinamismo e audácia para o desenvolvimento social nas suas zonas de intervenção, cortando as verbas para o prosseguimento das suas actividades, o investimento estrangeiro em Portugal é cada vez mais diminuto e a importância na investigação em inovação tecnológica é minimizada ao extremo, e um exemplo dessa absurda política de continuar a ser um dos últimos países da comunidade europeia, a investir seriamente em inovação e desenvolvimento, é o facto do programa "Ciência Viva" captar o interesse por parte de países como a Noruega, cuja estrutura e a forma como interagem os alunos e professores, com a experimentação real e ao vivo da ciência, tem como prémio o corte avultado do financiamento para esse admirável projecto português.

Descobri também que o director do jornal "Expresso" é um fiel adepto da tanga do Governo, portanto, é um linguista, e segundo José António Saraiva, num artigo de opinião publicado no seu jornal, cito o seguinte excerto retirado pelo "Diário de Notícias" do dia 27 de Julho: "O discurso da tanga era indispensável para conter o consumo, travar o défice e desacelerar o individualismo ao estrangeiro".

Tal como Saraiva, uma personalidade que diz ter mais poder e importância, por ser um director de um destacado semanário, do que o próprio Presidente da República (vai-se lá saber porquê), este Governo de direita tem a ideia que a economia é uma coisa do além, e só com o tempo se pode alterar os ciclos económicos, e até parece que o seu lema governativo é: "Quem espera sempre alcança". E esquece-se que a economia é uma ciência humana e social, sujeita ao temperamento dos homens, que por muitas e variadas vezes a lógica não funciona numa sociedade tão concorrencial. A pronúncia desta "tanga" está a ter repercussões visíveis no comportamento das famílias, suporte essencial de qualquer sociedade, e nas empresas que abastecem as famílias, e vice-versa.

Se, por um lado, as deslocalizações de empresas instaladas em Portugal, para o Leste europeu, procurando novos fundos de coesão e mão-de-obra mais barata, têm o seu impacto, o discurso linguista a virar para o fio dental em nada contribuiu para aliviar este clima económico obscuro, muito pouco

BRUNO CALDEIRA

Se fosse hoje, a construção da auto-estrada da Beira Interior ou a barragem do Alqueva não seriam uma prioridade para ajudar ao desenvolvimento do interior, há muito votado ao ostracismo, eram certamente consideradas como um volumoso alimento para o voraz monstro do défice orçamental.

propício a tanguices irresponsáveis.

Estar à espera que o nosso maior parceiro comercial, a Alemanha, se levante da crise económica, era nesta fase o momento ideal para reflectir e desenvolver métodos e práticas reais de gestão operacional e estrutural, de forma a que quando chegasse ao fim deste ciclo negativo, se pudesse verificar uma maior actividade nas transacções comerciais que equilibrasse mais a nossa balança comercial.

Porém, este é o facto mais gritante e revelador da inconsciência e da falta de discernimento do Governo, que está lentamente a hipotecar o nosso futuro, cujo grande dilema é a grande confusão que há entre custos e investimento.

É notório que a política do Ministério das Finanças é do tipo "Tio Patinhas", no caso "Tia", que somente quer arrecadar receitas a todo vapor, exigindo ao Povo enormes sacrifícios para combater o défice orçamental, e segundo se verifica pelas entidades de estatística independentes essa batalha está ainda muito imprevisível quanto ao seu vencedor.

Essa prática de sobrecarregar grande parte dos contribuintes com medidas tão severas a nível tributário e social são muito típicas dos regimes ditatoriais e o esforço despendido pelos sujeitos passivos, não tem, por sua vez, retribuição de espécie alguma.

A falta de pensamento estratégico é tão evidente, que nem a recomendação da Comissão Europeia para a construção urgente de um moderno aeroporto internacional, essencial para o desenvolvimento económico e para otimizar as trocas comerciais fazem mover as mentes retardadas do Governo. Se fosse hoje, a construção da auto-estrada da Beira Interior ou a barragem do Alqueva não seriam uma prioridade para ajudar ao desenvolvimento do interior, há muito votado ao ostracismo, eram certamente consideradas como um volumoso alimento para o voraz monstro do défice orçamental.

A gravidade desta política "Tia Patinhas" é que só olha para o imediato e para um factor importante da política macroeconómica, o défice orçamental, mas não é o único, e a ausência de um verdadeiro e racional pensamento estratégico que não se centre exclusivamente no curto prazo, mas alargue os seus horizontes económicos para o futuro.

Por fim, o Verão e a época balnear já estão a acabar, e o bom gosto deveria ter imperado, com o uso de calções bem preenchidos, divertidos e de qualidade bem vincada, de forma a prevenir o vírus da tanga.

Correio dos Leitores

Esta rubrica designada "Correio dos Leitores" está aberta a todos os militantes que pretendam enviar-nos os seus pontos de vista sobre questões que considerem relevantes. A direcção do "Acção Socialista" reserva-se o direito de ajustar a dimensão dos textos em função do espaço disponível.

Os endereços são: accaosocialista@ps.pt ou, por correio normal, para Partido Socialista, Largo do Rato, 2 - 1269-143 Lisboa

UNIVERSIDADE DE VERÃO VALOR ACRESCENTADO!

Escrevo estas linhas de reflexão política sobre o trabalho desenvolvido pelo grupo de participantes na Universidade de Verão, que o PS em bom tempo organizou e que redundou num sucesso total. Houve reflexão política, debate teórico e académico e pudemos desfrutar e conhecer mais profundamente sobre Évora.

Quanto ao valor acrescentado que estes quatro dias de reflexão trouxeram ao PS e a quantos por lá passaram, gostaria de recomendar esta receita à Direcção do nosso partido, porque é de momentos e iniciativas como a que ocorreu que o PS pode cultivar quadros, definir doutrinas e lançar e planejar estratégias de acção política. Momentos como a Universidade de Verão ajudam o PS a alargar o seu lastro de influência política e social, uma vez que muitos dos nossos "militantes de base" têm hoje formações académicas e inserção profissional reconhecida no plano nacional, podendo eles próprios potenciar a participação de simpatizantes e de eleitores menos interessados nas questões da "polis". Para isso, meus caros camaradas dirigentes, o PS tem de se tornar um partido diferente do que tem sido, necessita de ser atractivo à participação dos jovens quadros que serão o futuro de Portugal, tem de ter canais abertos para que os simpatizantes, os mais afastados da política e os nossos actuais militantes e dirigentes políticos reflectam mais sobre as questões políticas que se levantam! Por exemplo, que modelo de reforma da Administração Pública? Que modelo defende o PS, pergunto eu?

Não há dúvida que o António José Seguro e o Carlos Lage estão de parabéns pelo excelente momento intelectual, político e de pedagogia pública e social que nos proporcionaram. Foi a primeira vez, desde os Estados Gerais de 1995, que alguém se sentou e reflectiu tão profundamente sobre a Esquerda, o PS e o Mundo; sobre a solidariedade social, o planeamento financeiro autárquico, a governação do país e os dilemas e desafios da União Europeia. Isto sob o lema da Governação Progressista, ou seja, a Governação que é marca do PS e que ajudará os portugueses a sair deste "buraco" e a potenciar o desenvolvimento económico e social do país.

Obrigado PS pela luz ao fundo do túnel.

António Gameiro

AS GRANDES OPÇÕES EM LISBOA E A OPINIÃO PÚBLICA

Quando, há pouco mais de dois anos, o então presidente da Câmara Municipal de Lisboa, João Soares, pretendeu construir um ascensor de acesso ao castelo, a opinião pública manifestou-se e houve encontros promovidos por várias entidades, entre elas as Ordens dos Arquitectos e dos Engenheiros em que o assunto foi francamente discutido. João Soares, reconhecendo haver uma generalizada discordância da sua ideia, teve a atitude democrática de desistir dela.

Agora, na questão do túnel das Amoreiras, a opinião pública manifestou-se de novo: a generalidade dos técnicos e dos cidadãos com um mínimo de bom senso que se debruçaram sobre o assunto e a própria Assembleia Municipal consideraram que a obra era um erro e que teria uma influência nula, ou mesmo negativa, sobre o trânsito em Lisboa. Santana Lopes, no entanto, indiferente a críticas que deviam ser ouvidas, entendeu levá-la para diante.

Teria sido desejável que as Ordens dos Arquitectos e dos Engenheiros tivessem dado ao assunto a atenção que deram ao anterior. Mas, sobretudo, é importante que olhem para o futuro e organizem encontros em que possam ser discutidas as opções que vão necessariamente ser tomadas e vão marcar profundamente o futuro de Lisboa, nomeadamente a escolha do local da futura estação do TGV e o prolongamento da linha vermelha do metro, até ao Aeroporto, ou para o lado de Sacavém. O facto do bastonário da Ordem dos Engenheiros ter sido nomeado recentemente presidente da empresa do Metro é uma razão adicional para que estes assuntos não deixem de ser debatidos na Ordem.

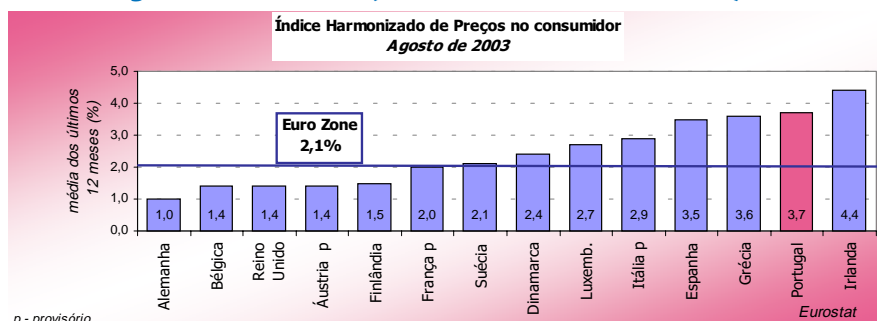
António Brotas

WWW.

PS.PT

OS NÚMEROS DA CRISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

INFLAÇÃO NA UE (AGOSTO DE 2003)

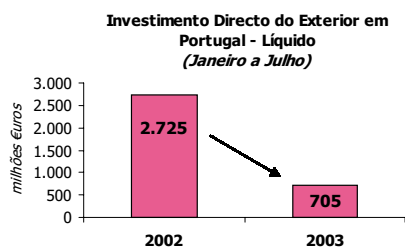


p - provisório

Em Agosto, a taxa de inflação média dos últimos 12 meses, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), foi de 3,7% em Portugal e de 2,1% na Zona Euro.

Portugal apresenta a 2ª taxa de inflação mais elevada da Europa (quer em termos de média dos últimos 12 meses quer em termos homólogos).

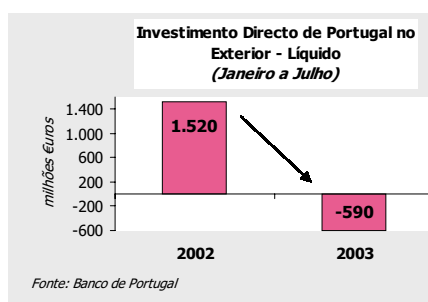
INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO (JULHO DE 2003)



Fonte: Banco de Portugal

De Janeiro a Julho deste ano, a captação de investimento estrangeiro caiu 74%: menos cerca de 2 mil milhões de euros investidos no nosso país.

Os investimentos da Espanha e Alemanha (maiores investidores em 2002) baixaram 52% e 65%, respectivamente.



Fonte: Banco de Portugal

No mesmo período, o investimento realizado pelas empresas portuguesas no estrangeiro foi inferior ao desinvestimento, resultando, assim, um saldo negativo de 590 milhões de euros.

Os investimentos de Portugal em Espanha (principal destino do investimento português em 2002) foram apenas de 129 mil euros, enquanto que no ano passado, no mesmo período, tinham sido de 789 milhões de euros.

SUGESTÕES

por LUIZ FAGUNDES DUARTE

RAIZ COMOVIDA, DE CRISTÓVÃO DE AGUIAR



Raiz Comovida – Trilogia Romanesca, de Cristóvão de Aguiar, começou a ser publicada há 25 anos – iniciou-se com *A Semente e a Seiva* (1978), e continuou-se com *Vindima de Fogo* (1979) e *O Fruto e o Sonho* (1981), para aparecer finalmente, num único volume (pela Editorial Caminho, 1987). Temos agora uma nova edição desta obra (Publicações Dom Quixote, 2003), que resulta de um profundo trabalho de revisão e de remodelação da edição anterior – de tal modo que, por vezes, temos a impressão de estarmos não perante uma edição revista de uma obra anteriormente publicada, mas sim perante uma obra nova e escrita de raiz.

Sendo uma obra de inspiração, de evocação e de definição açorianas, *Raiz Comovida* é, na beleza forte do seu título, muito mais do que aquilo que a uma leitura mais apressada possa parecer: não é mais um daqueles livros que costumam dar corpo ao que poderíamos chamar a estética da saudade, baseada no revivalismo de um país que a pouco e pouco vai deixando de ser o país das aldeias; também não é um livro de memórias regionalistas. Indo muito mais fundo, nesta obra perpassam os tipos humanos que resultaram da amassadura da cultura ibérica tradicional com as águas, o sal e os ventos do mar, polvilhada de vulcões e abalos de terra, e mais de incursões dos piratas do Norte de África, e do

isolamento, e de um ou outro arroubo colonialista – e perpassam sobretudo os contadores de histórias, aqueles que podemos tipificar na personagem do Ti José Pascoal de quem o narrador se queixa de que “Já está aqui há muito tempo à minha ilharga pedindo-me para entrar nesta história. [pele que, conclui] Decidi fazer-lhe a vontade e vou já passar-lhe a palavra” (p. 45).

Desde a primeira à última frase de *Raiz Comovida* – vejamo-la nós em separado nos livros que a fizeram, vejamo-la na sua versão integral, já de si remodelada, de 1987, ou vejamo-la agora nesta nova versão que nos perturba enquanto gesto de inteligência dos tempos que correm e dos gostos que eles acarretam, mas sem nunca esquecer que se trata de uma reconstelação (isto é, de um reagrupamento, ele próprio dinâmico e interactivo) de elementos dispersos que são coerentes entre si, e que mutuamente se atraem, precisamente porque comungam do mesmo passado, e registam a memória que delimita a identidade cultural de quem, como os açorianos, é o fruto, ou o sonho realizado, de uma semente europeia que medrou mergulhada na seiva de um grande mar – e que agora se oferece, na comoção desta *Raiz Comovida*, à grande vindima que, de cada vez que acontece, representa, no nosso imaginário mediterrânico, a grande festa da vida.

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accaosocialista@ps.pt

w w w . p s . p t / a c c a o